

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

14

ISSN 1983-1684

A UTOPIA REVOLUCIONÁRIA

NÃO MORRERÁ!



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL
MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de quem os assina e não expressa, necessariamente, a concepção do conselho editorial ou do movimento.

Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico:

enfrentamento@yahoo.com.br

Os textos devem ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

O corpo editorial publicará os textos que considerar coerentes com a perspectiva do movimento.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

José Nerivaldo P. Da Silva

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Diego Marques P. Dos Anjos

Mateus Orio.

Sumário

EDITORIAL.....	5
AUTOGESTÃO: O SIGNO E O SER – Nildo Viana.....	7
DE BAIXO PRA CIMA, DA PERIFERIA AO CENTRO: O FEDERALISMO DE MIKHAIL BAKUNIN – João Gabriel da Fonseca Mateus.....	21
AÇÃO E MILITÂNCIA ANARQUISTA NAS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS DE 1917 – Kauan Dos Santos.....	41
CLASSE TRABALHADORA E REPÚBLICA PORTUGUESA NAS CRÔNICAS DE NENO VASCO: O DIA-A-DIA DAS GREVES RURAIS E URBANAS DURANTE O BIÊNIO DE 1911-1912 – Thiago Lemos Silva..	51
LUMPENPROLETARIZAÇÃO JUVENIL E CONTESTAÇÃO SOCIAL NA GRANDE BUENOS AIRES – Lisandro Braga.....	64
AO POVO – Adelino de Pinho	80
DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAVT	83
1º DE MAIO - DIA DE LUTO, DE LUTA E DE AVALIAÇÃO	84

EDITORIAL

O conflito social está novamente aumentando em várias partes do planeta e tem como primeira consequência o questionamento das ideias dominantes e amplamente divulgadas de que finalmente a sociedade capitalista chegou a um nível de desenvolvimento que não permite mais a organização e contestação por parte das classes trabalhadoras e dos grupos oprimidos, restando somente a sobrevivência individual dentro dos espaços possíveis a cada um; a segunda consequência está em processo de formação e diz respeito ao desenvolvimento das ideias revolucionárias que subsidiem o novo ciclo de lutas. Essas duas questões estão intimamente ligadas, na medida em que o chamado processo de reestruturação produtiva desde fins dos anos 70 tratou de ser um ataque da classe capitalista contra a organização e contestação operária e estudantil nos fins dos anos 60, reação complementada pela contrarrevolução cultural e ideológica que impôs a ideia de fim da luta de classes, o que resultou na maior dispersão e integração da classe trabalhadora à ordem capitalista ao longo das últimas décadas.

Com o avanço dos conflitos sociais aumenta a necessidade da intervenção consciente dos grupos políticos que mantêm a tradição das ideias revolucionárias construídas pela classe trabalhadora ao longo de séculos de luta e enfrentamento contra a sociedade capitalista, e um dos níveis dessa intervenção deve ocorrer de tal forma que possa contribuir agilizando e aprofundando o resgate das ideias revolucionárias. As lutas revolucionárias apontaram que a destruição da sociedade capitalista ocorre por meio da associação dos trabalhadores com o controle dos locais de produção e estendendo seu controle para todos os espaços da vida social, destruindo o estado como instrumento de repressão e de reprodução do poder da classe dominante. A essa nova sociedade foi dada o nome de comunismo, anarquia ou autogestão social como a síntese maior das ideias revolucionárias produzidas pela classe trabalhadora, único projeto revolucionário de sociedade sem classes como possibilidade concreta.

Essa mais nova edição da revista *Enfrentamento* continua na luta pelo resgate das ideias e experiências revolucionárias produzidas pela radicalização do

movimento dos trabalhadores; nossa ação é no sentido de contribuir para agilizar o processo de aprofundamento da perspectiva do movimento revolucionário dos trabalhadores nesse novo ciclo de lutas que se abre. Os textos que propagandamos são uma reflexão libertária sobre o significado do conceito de autogestão social (Nildo Viana), sobre a proposta federalista de Mikhail Bakunin (João Gabriel), sobre as greves dos trabalhadores brasileiros influenciados pelo anarquismo no início do século XX (Kauan dos Santos), a visão de Neno Vasco sobre as greves em Portugal também no início do século XX (Thiago Lemos) e sobre a radicalidade da contestação juvenil na capital argentina durante o período de crise social na virada para o século XXI (Lisandro Braga).

A nossa proposta com a revista *Enfrentamento* é divulgar as reflexões libertárias para o conjunto dos setores e organizações revolucionárias em luta, expressar uma visão sobre o desenvolvimento do movimento revolucionário e como tal deve estar relacionada com nossa prática de propagandear e agir para contribuir na transformação radical da sociedade existente.

Boa leitura e disposição para a luta!

AUTOGESTÃO: O SIGNO E O SER

Nildo Viana¹

A palavra autogestão possui inúmeros significados. Isso é relativamente comum. Raramente existe consenso em torno do significado das palavras, especialmente quando se trata de conceitos ou construtos², ou seja, termos técnicos, científicos, filosóficos, teóricos. Não discutiremos aqui o problema das concepções a respeito dessa questão, mas tão-somente apresentaremos uma concepção a respeito, para, assim, esclarecer a questão conceitual do termo autogestão.

A luta de classes em torno do signo

A palavra autogestão pode significar coisas distintas (GUILLERM e BOURDEUT, 1976; VIANA, 2008a). Essa discussão recorda Foucault e seu livro “*As Palavras e as Coisas*” (1987), ou o livro de Cabral (1983) *Proletariado: O Nome a Coisa*. Temos, em ambos os casos, deixando de lado as diferenças de concepções e significados, uma oposição: por um lado, a palavra ou o nome e, por outro, a coisa. Nas sociedades de classes, marcadas pela divisão e pelo antagonismo, há não só distintas percepções da realidade derivadas da posição dos indivíduos na divisão social do trabalho, mas também oposição e muitas vezes antagonismo.

Marx explicou isso em sua obra *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1992): a divisão social do trabalho faz com que eu tenha um modo de vida distinto do de outras pessoas, que eu tenha relações sociais diferentes, que eu perceba o mundo a partir das minhas atividades, relações (com os demais seres humanos e com a natureza). Uma pessoa que só enxerga preto e branco, não terá noção das cores e nem imaginação para pensá-las, a não ser num nível muito mais abstrato (tal como nós, que podemos imaginar abstratamente que podem existir outras cores além das

¹ Professor da Faculdade de Ciências Sociais/UFG e Doutor em Sociologia/UnB.

² Construtos, aqui, devem ser entendidos como “falsos conceitos” (VIANA, 2007). Obviamente que a presente definição já explicita o não consenso em torno dos termos, pois a palavra construto possui outros significados em outros discursos. E para entender o que significa um “falso conceito” é necessário entender o significado do termo conceito. Aqui, conceito significa “expressão da realidade”, unidade entre signo e ser, consciência e realidade. Um construto é uma falsa expressão da realidade, um signo que não expressa o ser, o real, mas o deforma.

que conhecemos, mas não podemos imaginá-las diretamente), alguém que vive numa sociedade escravista na posição de escravo, não entenderá as relações estabelecidas entre os indivíduos da classe senhorial ou as perceberá de forma radicalmente distinta da que eles mesmos percebem.

Contudo, há um outro elemento nesse processo todo. A divisão social do trabalho e o modo de vida diferenciado que ela cria, gera não só uma limitação na percepção da totalidade que é a sociedade e dos outros modos de vida, mas também promove a constituição de valores, sentimentos, interesses, processos inconscientes, etc. Esses aspectos influenciam na consciência dos indivíduos, bem como essa consciência também exerce influência sobre eles. A divisão social do trabalho mais ampla, que constitui as classes sociais, promove uma diferenciação intelectual, valorativa, sentimental, etc. Isto, obviamente, vai interferir no processo de constituição e significação das palavras. Sem dúvida, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante e por isso ela vai impor uma determinada “nomeação” do mundo. Da mesma forma, quanto mais complexa é a divisão social do trabalho em uma determinada sociedade, mais divisões e subdivisões existirão, inclusive no interior das classes privilegiadas.

Nesse contexto, é interessante retomar a análise de Mikhail Bakhtin e sua ideia de que existe uma *luta de classes em torno do signo*. Sem dúvida, o seu universo linguístico é bem distinto do nosso, o que apenas reproduz outras diferenças de concepção, a começar pelo significado que atribui ao termo “ideologia”, para exemplificar com mais uma distinção entre signo e ser, e por isso não compartilhamos a totalidade de sua abordagem, mas apenas esse elemento mais específico (e mais alguns, que aqui, para nossos propósitos, não vem ao caso). Segundo Bakhtin: “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina essa refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes” (1990, p. 46).

Pois bem, vamos reter desse autor apenas essa ideia: existe uma luta de classes em torno do signo. Mas antes disso, há também uma luta de classes em

torno das palavras, mesmo que haja consenso sobre o seu significado ou pelo menos aproximação. As palavras indesejáveis, portadoras de significados que remetem a seres indesejados, considerados inexistentes, falsos ou contrários aos interesses, valores e concepções da classe dominante (ou outra classe, grupo social, etc.) podem ser censuradas, impedidas de vir à tona. Elas são censuradas, se tornam “tabus”, são proibidas, recriminadas, marginalizadas, ignoradas. As palavras censuradas, proibidas, recriminadas, omitidas, apontam para o indesejável, o falso, o inexistente, e se relacionam com o pecaminoso, o maléfico, o que deve ser negado.

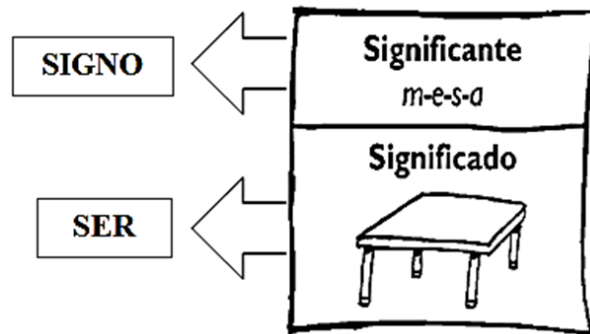
Isso pode aparecer de forma mais simples e na vida cotidiana e já está na socialização das crianças, com a censura ao “palavrão” e este pode ter conotação sexual, religiosa, etc. Mas não apenas isso é censurado. Para quem viveu no período do regime militar no Brasil, a palavra “comunismo” era censurada/recriminada e tinha que ser proferida de forma mais baixa e cautelosa. Esse processo de censura e recriminação³ não atinge somente as palavras, mas esse é o caso aqui analisado. Ele pode ser exemplificado tal como no filme *A Vila* (Shyamalan, EUA, 2004), na qual os seres imaginários que aterrorizam os moradores do vilarejo são “aqueles os quais não mencionamos” ou “podemos mencionar” (e o vermelho, uma cor, também é censurada). Aqueles que não podemos mencionar são os monstros que nos perseguem, reprimem, e, portanto, é aquilo que não desejamos. Obviamente que “o que não desejamos” é algo produzido socialmente e de acordo com determinados interesses, tal como no filme é uma produção fictícia dos anciões.

Contudo, nem sempre é possível censurar e reprimir as palavras, pois há indivíduos e grupos que insistem em proferi-las e em regimes supostamente democráticos não podem ser silenciados sem uma boa justificativa⁴. É nesse

³ Entenda-se “censura” por “proibição”, o que significa impedir alguém de fazer algo ou punir caso o faça, que, no caso das palavras, proibir usá-las ou punir caso a façam. Por recriminação entenda-se o ato de condenar moralmente o uso da palavra.

⁴ Claro que nem tudo que é marginalizado ou ignorado é algo que deva ser considerado algo que expresse alguma realidade. Os devaneios individuais de certos indivíduos ou intelectuais, podem muito bem ser ignorados por não terem realmente nenhum valor. A ciência das ideias de Destutt de Tracy é um desses casos, pois a tal ciência não vingou e tal definição perdeu o valor. Da mesma forma, há palavras e até conceitos de grande importância para entender a realidade, mas que são

momento que emerge a luta de classes em torno dos signos. Embora no primeiro caso ela já exista, no segundo caso ela é exclusivamente isto. Se durante a ditadura militar no Brasil a palavra comunismo era censurada/recriminada, ela era



também ressignificada para que esse processo pudesse ocorrer e foi nesse contexto que surgiu algumas imagens equivocadas atribuídas a este termo, geralmente se referindo ao capitalismo de Estado da antiga União Soviética (devido à guerra fria e também à confusão política em torno do termo, aparentemente referente ao pensamento de Marx), e as ideias, desde as mais absurdas, tal com a de que “os comunistas comem criancinhas”⁵ ou a de que as pessoas recebiam uma ração predeterminada, eram uma atribuição de significado ao termo que assustava e justificava a censura e recriminação.

No caso dos regimes democrático-burgueses, o que ocorre é, prioritariamente, uma luta de classes em torno dos signos. As palavras comunismo, revolução, socialismo, solidariedade, entre diversas outras, são ressignificadas de acordo com os interesses de classe, as concepções ideológicas, etc. Este é o caso, por exemplo, daqueles que afirmaram que houve uma revolução em 1964 no Brasil. A palavra “revolução” aqui tem o significado antagônico ao que tem, por exemplo, nas concepções marxista e anarquista. Mas os próprios termos “marxismo” e “anarquismo” são ressignificados (nesse caso, deformados). O marxismo assume inúmeros significados diferentes de seu sentido original e o mesmo ocorre com o

ignorados por que expressam concepções revolucionárias que são recusadas pela maioria das pessoas e principalmente pelos representantes intelectuais da burguesia. Assim, entre o “louco” e o teórico há uma grande distância, não só na fundamentação e processo de produção, como também nas razões da marginalização e omissão. Assim, não se deve cair numa concepção ingênua e simplista segundo a qual tudo que é marginalizado e omitido é real e verdadeiro, pois além da luta de classes existem outras subdivisões, idiosincrasias, interesses, desequilíbrios psíquicos, que podem ter a aparência de “revolucionário” e ser outra coisa, inclusive conservadora.

⁵ Obviamente que isso tem a ver com o suposto retorno do canibalismo na região do Alba durante a fome e miséria após a revolução bolchevique ou então ao suposto canibalismo durante a estatização forçada do campo sob comando de Stálin.

anarquismo. Assim, se revolução se transforma em mera mudança de governo, ou em tomada do poder estatal ou, ainda, transformação radical do conjunto das relações sociais, temos três concepções distintas. Num caso, a revolução, entendida como “mudança de governo”, está próxima da concepção conservadora que busca esvaziar a radicalidade do termo e banalizá-lo, retirando-lhe a eficácia política e simbólica. Noutro caso, a revolução como tomada do poder estatal, apenas a reduz a uma mera insurreição armada que toma pela força o aparato burocrático do Estado. Na terceira concepção, a marxista, significa uma transformação radical do conjunto das relações sociais, ou seja, das relações de produção e das demais relações sociais, incluindo a abolição do aparato estatal. A revolução, assim, pode significar uma mudança de governo, de forma estatal ou sua abolição⁶.

A luta de classes em torno do ser que o signo expressa

Sintetizando a discussão até aqui: há uma luta de classes em torno do signo. O mesmo vale para a palavra autogestão. Contudo, antes de passar para este caso específico, é necessário tratar do outro aspecto, o ser. Se as palavras expressam os seres, então é preciso reconhecer que há uma luta também no que se refere ao ser. A luta de classes em torno dos signos apenas expressa a luta de classes em torno dos seres, da realidade concreta. A relação entre signo e ser, ou entre “palavras” e “coisas”⁷ é bastante complexa. Alguns defendem que as palavras são arbitrárias, meras criações. Para outros, elas são exatamente iguais ao real, ao ser.

A realidade contradiz as duas concepções: se as palavras expressam o ser, um mesmo ser teria apenas uma palavra para expressá-lo ou apenas um significado para cada palavra; se as palavras são arbitrárias ou meras convenções, então ou seria um mundo paralelo imaginário sem realidade efetiva ou seria apenas uma forma de manipulação do real. Como sabemos, existem várias palavras para dizer

⁶ Quando um partido socialdemocrata ganha uma eleição, trata-se de mudança de governo; quando um partido “comunista”, tal como o bolchevique na Rússia de 1917, toma o poder estatal via insurreição, muda sua forma, já não é mais um estado czarista, liberal, etc. e, por fim, quando o proletariado destrói o aparato estatal, tal como no caso da Comuna de Paris, temos uma transformação radical do conjunto das relações sociais, pois isso somente é possível com um conjunto de outras mudanças sociais.

⁷ Para alguns, “coisa” e “ser” são os termos filosóficos mais abstratos. Para nós, ser é uma categoria do pensamento, uma ferramenta intelectual para pensar o real.

uma mesma coisa, assim como uma mesma palavra possui vários significados. Se eu digo cachorro ou cão, estou me referindo ao mesmo animal, são sinônimos e a existência destes é mais do que conhecida. E se eu digo “cão”, posso estar me referindo ao animal ou ao “diabo”. Estes são exemplos simples e, no fundo, tanto faz dizer cão ou cachorro, pois eles remetem ao mesmo animal e tanto faz se uso a palavra cão com significado literal ou figurado. Isso por si só não anula a ideia de equivalência entre palavra e coisa, ou entre signo e palavra.

Claro que aqui estamos no nível da linguagem simples, pois se passarmos para a linguagem complexa, isso fica muito mais complicado. Se eu digo “capitalismo”, estou me referindo a um determinado modo de produção ou sociedade (o modo de produção capitalista é parte e determinação fundamental da sociedade capitalista), mas também posso dizer “modernidade” ou sociedade moderna, ou mesmo como Marx colocou, modo de produção moderno ou, ainda, burguês (MARX e ENGELS, 1988). Se a palavra capitalismo significa o ser que é a sociedade capitalista e modernidade também, então não há problema. Contudo, no plano da linguagem complexa, há outro problema, que é o significado. Qual é o significado da palavra “capitalismo”? E “modernidade”? Em Marx é possível entender que existe uma equivalência entre signo e ser, mas se entendermos o capitalismo no sentido weberiano ou qualquer outro? A palavra pode ser a mesma, mas o ser é outro. Enquanto Marx pensa na totalidade das relações sociais constituídas a partir do modo de produção capitalista, em Weber (1987) é apenas um fragmento dessa realidade e é por isso que ele pode falar em diversos “tipos de capitalismo” e encontrar capitalismo na sociedade escravista. A construção weberiana é arbitrária, e ele busca legitimar isso ao defender a elaboração de “tipos ideais”.

Logo, para um relativista, a questão é apenas que cada um define essa palavra diferentemente. No entanto, aqui temos uma estratégia ideológica que é uma outra forma de fazer desaparecer o ser, o real. É possível fazer isso através da censura e recriminação de palavras, mas também através da ressignificação ideológica, ou seja, deformação do seu significado. Usa-se a palavra capitalismo, mas ela já significa outra coisa, que não é o seu ser. A substituição de significado é,

ao mesmo tempo, a substituição do ser, do real. E essa substituição do ser significa que um o verdadeiro é substituído pelo falso. A ideologia cumpre esse papel. Isso ocorreu com capitalismo, comunismo, marxismo, autogestão e inúmeras outras palavras e signos. No entanto, essa deformação do significado pode ocorrer tanto através da maculação⁸ quanto da ornamentação, ou seja, do embelezamento ou eufemismos visando tornar mais aceitáveis ou legítimas formas de dominação e exploração. Um exemplo desse último é a palavra “democracia”, utilizada indiscriminadamente para justificar e legitimar práticas até mesmo ditatoriais, como no caso de chamar os países capitalistas estatais do Leste Europeu como “democracias populares”, mas também chamar o regime estadunidense de “mundo livre”, entre diversos outros exemplos.

A luta de classes em torno do significado da autogestão

O caso do termo “autogestão” é apenas um entre milhares. Ao invés do procedimento ideológico, vamos partir do *ser que a palavra autogestão significa* para depois chegar ao *significado da palavra*. A origem do ser antecede a origem da palavra e seu significado autêntico. O significado da palavra autogestão antecede sua existência e suas origens remontam o chamado socialismo utópico⁹. Com a emergência da sociedade capitalista e todos os seus problemas sociais, emerge também a proposta de uma nova sociedade. Sob formas muitas vezes fantasiosas e detalhistas, sem a análise de suas possibilidades de instauração, quem poderia ser o agente principal desse processo e como seria a passagem de uma forma de sociedade (capitalista) para outra, ou então formas pouco realistas (educação, razão, cooperativas), os socialistas utópicos antecederam a ideia de constituição de uma sociedade marcada pela igualdade e liberdade. Devido a estes limites, são utopias abstratas, que, no entanto, expressam determinada fase do movimento operário, o período de seu surgimento e expansão, sendo adequadas para este

⁸ A maculação é atribuição de desonra, impureza, defeito moral, pecado, tal como se encontra nos dicionários.

⁹ Alguns pensam em Rousseau como antecessor da ideia de autogestão (GUILLERM e BOURDET, 1976; CARVALHO, 1983), embora isso seja exagerado (VIANA, 2005).

momento, embora conservadoras num momento posterior, devido ao avanço das lutas de classes.

Proudhon aprofundou um pouco esse processo e, posteriormente, Bakunin desenvolveu suas concepções retirando algumas ambiguidades e aprofundando a proposta federalista e uso do termo “anarquia” e Marx constituiu a ideia da nova sociedade a partir das noções de associação e comunismo. Pannekoek, Rühle e os demais comunistas conselhistas mantiveram a palavra “comunista” ou “sistema de conselhos”. A concepção de Pannekoek (1977) sobre os conselhos operários realiza a expressão do ser que é o comunismo tal como Marx pensou, apenas fornecendo maior concreticidade devido às novas experiências históricas que fizeram emergir a nova forma organizacional da luta proletária. Até esse momento, a palavra autogestão não existia, apenas o significado do ser que ela expressava e outras palavras existiam buscando realizar tal expressão: federalismo, anarquia, comunismo, associação, socialismo, etc. Posteriormente, o ser da autogestão reapareceria com outros nomes, tal como “sistema de conselhos” (alguns comunistas conselhistas), por exemplo.

Com o passar do tempo, emerge a palavra autogestão. Ela surge sob duas formas e em ambos os casos abre uma oposição ao “comunismo”, cujo significado foi deformado pelo bolchevismo. Assim, podemos falar de uma gênese iugoslava da palavra autogestão e uma gênese francesa. Na Iugoslávia, a palavra autogestão, em servocroata *samoupravlje*, união de *samo* (auto) e *upravlje* (gestão) (ARVON, 1982; GUILLERM e BOURDEUT, 1976) apresenta uma tentativa de avançar uma alternativa ao regime da URSS (era um regime independente e isso tem a ver com o fato de ter sido o único país do Leste Europeu a ter se livrado do nazismo por conta própria ao invés dos demais, libertados pelo país de Stálin), o que ficou conhecido como “titoísmo”, nome derivado do líder iugoslavo, Josip Broz Tito. O regime iugoslavo se denominava “autogestionário” e se organizava através da estatização dos meios de produção, comandada pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia (nome do Partido Comunista neste país) com a existência de cogestão nas fábricas e pequenas propriedades privadas. O termo autogestão seria reduzido ao processo de “gestão de empresas”, tal como será entendido posteriormente na França. A suposta

“autogestão” nas fábricas era o que em qualquer outro lugar se chamaria de “cogestão”¹⁰ ou “participação”, pois os proletários apenas geriam os processos produtivos, de forma limitada, sendo que “o que” produzir, “quando” e “para quê” eram definidos externamente, pela burocracia estatal, restando aos trabalhadores uma maior influência apenas no “como” produzir.

Aqui se revela a ornamentação, mais um aspecto da luta de classes em torno dos signos: a tentativa de inovar e embelezar algo que, na essência, não difere de outros processos sociais e históricos. Assim como a antiga União Soviética se dizia “socialista” ou “comunista”, a Iugoslávia se dizia “autogestionária”, um nome novo que na verdade não correspondia a etimologia da palavra, já que o que existia era uma heterogestão com participação dos trabalhadores em aspectos do processo de trabalho e organização da indústria (enquanto unidade de produção). Da mesma forma, o Partido Nazista se dizia “socialista”, bem com os milhares de partidos supostamente “socialistas” e “comunistas”¹¹.

A gênese francesa se encontra na própria experiência iugoslava, sendo que a palavra *autogestion* é uma tradução literal de *samoupravljje*. Segundo Arvon:

O termo autogestão foi introduzido na França no final dos anos sessenta para designar a experiência iugoslava a partir de 1950 com vistas a instaurar um socialismo antiburocrático e descentralizado. A escolha do termo não parece, contudo, muito acertada. Como a noção de “gestão” está carregada de uma racionalidade puramente econômica, a de autogestão se encontra a priori limitada à “gestão de uma empresa”, de uma coletividade, pelo pessoal” (definição do dicionário Robert) (ARVON, 1982, p. 7).

Essa importação da palavra, portanto, está em dissonância com o seu significado autêntico. Mas a relação entre o ser (comunismo, anarquia, livre associação dos produtores, etc.) com o signo (autogestão) não existia nem no caso iugoslavo e nem em sua primeira aparição no caso francês. Isso, no entanto, irá

¹⁰ “Assim, os decretos sobre ‘a autogestão’ inauguram, de fato, na empresa, um regime híbrido, que chamamos mais justamente de cogestão” (GUILLERM e BOURDET, 1976).

¹¹ Sem dúvida, alguns acreditam sinceramente que são “socialistas” ou “comunistas”, mas numa concepção de socialismo que é a burocrática e, no caso do nazismo, era apenas um nome que nada tinha a ver com a ideia, mesmo porque o nazismo sempre foi anticomunista, a não ser no caso de alguns de seus representantes no início que logo foram afastados do partido. A URSS, como todos sabem, era União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (sem soviets e sem socialismo) o NSDAP, era o Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores.

mudar com a emergência do maio de 1968, que é quando a palavra ganha seu significado autêntico:

O brusco surgimento da noção de autogestão na França é habitualmente atribuído ao espetáculo inesperado de uma Iugoslávia que, surgida subitamente do dócil pelotão dos países satélites [da URSS – NV], se isola desde 1950 empenhando-se com temeridade em um processo autogestionário. Contudo, tal hipótese não contém mais que uma parte da verdade e, além disso, se vê alterada pela simples cronologia: dado que a moda autogestionária data de princípios dos anos 1970, seria necessário admitir que o conhecimento de uma experiência socialista nova realizada por um país da Europa tenha demorado cerca de vinte anos para aparecer na França e para suscitar ali derivação (ARVON, 1982, p. 38).

Nesse sentido, a gênese francesa da palavra lhe atribui um significado novo. Esse “significado novo” significa, no fundo, unir o signo e o ser da autogestão, união inexistente anteriormente, pois o ser, o projeto utópico de uma nova sociedade fundada na auto-organização geral da sociedade, já existia, bem como uma palavra que expressa isso (entre outras, como anarquia, comunismo, sistema de conselhos, autogoverno dos produtores, indivíduos livremente associados, etc.) emerge posteriormente, mas significando algo mais restrito (cogestão de empresas) e é num determinado contexto da luta de classes que o ser e o signo se unificam:

Foi muito mais a explosão de todas as estruturas autoritárias em maio de 1968 o que fez nascer na França a curiosidade por um processo fundamentalmente antiautoritário empreendido em outro lugar e do qual haviam bastado estudos quase anatômicos até antes de que viesse lugar sua atualização brutal. A confusa aspiração de maio de 1968 em substituir um centralismo opressivo, de origem jacobina e uma burocracia todopoderosa, própria do modelo socialista tradicional, por organismos políticos e econômicos descentralizados no qual seria lícito a cada um assumir de novo sua existência total, tomar conta do seu próprio destino, em uma palavra, “significar” uma vida que se fez absurda, vai em busca de uma doutrina global que pode traduzi-la em termos claros; e a esse respeito a autogestão se presta maravilhosamente (ARVON, 1982, p. 38).

Na França, antes da eclosão da luta estudantil e operária, a Internacional Situacionista já apontava para uma concepção autogestionária nos escritos de Debord e outros, sendo inclusive uma de suas fontes inspiradoras¹². Depois do Maio

¹² Alguns citariam o coletivo *Socialismo ou Barbárie*, de Lefort, Lyotard e Castoriadis, entre outros. Contudo, a concepção desse coletivo apontava para a “gestão operária” (CASTORIADIS, 1983) e se limitava à gestão das empresas, criando uma ideologia administrativista, de caráter autonomista.

de 1968, a definição de autogestão passou a ser predominantemente esta durante algum tempo. Alguns, autores, com ambiguidades, passaram a usar o termo, como Henri Lefebvre, George Gurvitch e Roger Garaudy. Esse é o mesmo caso da Central Sindical CFTD – Confederação Francesa Democrática do Trabalho, que, apesar de se inspirar e ser influenciada pelo maio de 1968, limita a autogestão à gestão de empresas. Contudo, sem deformar a concepção de autogestão que emergiu como resultado da luta de classes, as obras de Alain Guillerme, Yvon Bourdet, entre outros, mantiveram a essência revolucionária e proletária deste conceito. Nesses autores e em outros, a autogestão significa uma sociedade nova, fundada na autogestão coletiva generalizada das relações de produção e relações sociais (GUILLERM e BOURDET, 1976; TRAGTEBERG, 1986; VIANA, 2008b).

Assim, a história posterior do termo “autogestão” não foi definitivamente resolvida, pois isso depende da luta de classes e da perspectiva de classe de quem o usa e o define. Os debates prosseguiram com as críticas dos bolchevistas e outros, por um lado, e, por outro, com as deformações e adaptações às necessidades do capital e das classes privilegiadas. É graças a essas apropriações do termo “autogestão” pelas concepções reformistas que faz Claude Berger, em seu excelente livro de comparação da concepção de comunismo em Marx e Lênin, negar o termo “autogestão” e tentar resgatar um termo mais abstrato e menos exato utilizado amplamente pelo autor de *O Capital: associação* (BERGER, 1977). No entanto, essa discussão remete ao problema dos signos e os motivos para utilizá-los. Sem dúvida, seria possível abandonar o uso do termo autogestão e em seu lugar usar associação, autogoverno, ou qualquer outro, da mesma forma que os termos “socialismo” e “comunismo” foram relativamente abandonados por aqueles filiados ao marxismo autêntico.

Além dos franceses citados que mantiveram o significado autêntico da autogestão, há também outros que mantiveram essa concepção, tais como Maurício Tragtenberg (1986), no Brasil, em seu livro introdutório que oferece uma concepção autogestionária em sua essência, bem como outros. Assim, o motivo de

Cornelius Castoriadis nunca foi um autogestionário, em nenhuma das três fases do seu pensamento, trotskista, autonomista e pós-estruturalista, ele defendeu tal concepção.

manter o termo autogestão como significando a sociedade comunista, anarquia, sistema de conselhos, etc., se deve ao próprio processo de luta de classes.

Os termos “socialismo” e “comunismo” foram deformados totalmente, mas não só isso, pois tal deformação (realizada pelos socialdemocratas, bolchevistas, ideólogos burgueses, etc.) se tornou amplamente hegemônica, tendo uma tradição, história, produção intelectual cujo peso torna quase impossível disputar-lhe o significado. Da mesma forma, para as classes trabalhadoras (proletariado, campesinato, etc.) a equivalência desses termos com os partidos e países supostamente “socialistas” e “comunistas” é algo evidente e hegemônico, sendo que seria um luta inglória tentar desfazer isso atualmente.

Da mesma forma, o termo anarquia é ligado à tradição anarquista e esta é dividida em diversas correntes, inclusive dando significados distintos a ele. O anarcossindicalismo atual, por exemplo, ainda pensa na anarquia como uma sociedade gerida por sindicatos (sem perceber que os sindicatos são organizações da sociedade burguesa que não existirão mais na sociedade autogerida). Outros termos, como “sistemas de conselhos” e “associação” não são tão adequados, pois além da deformação destas palavras já existir, acabam tendo outros problemas, como por exemplo, o uso de uma palavra que aponta para algo fechado (“sistema”) e uma única forma de organização (conselhos), sendo que os conselhos operários são, desde Pannekoek (1977), mais um princípio organizativo (auto-organização, autogestão) do que uma forma específica e pronta para sempre. A palavra “associação”, por sua vez, é bastante abstrata e que carrega inúmeros outros significados, bem como apresenta dificuldades de gerar derivados, importantes na luta proletária.

A deformação do termo autogestão, que se inicia com a socialdemocracia e eurocomunismo na Europa e ganha terreno com a emergência da contrarrevolução cultural preventiva do pós-estruturalismo (VIANA, 2009) e seus ideólogos, reforçada pela generalização do neoliberalismo e proliferação de cooperativas e ideologias como a da “economia solidária” é bem mais fraca do que no caso dos termos socialismo e comunismo, bem como a novidade da palavra ainda persiste para

amplas parcelas da população. Nesse sentido, a luta em torno do termo autogestão e seu significado é fundamental para o próprio projeto autogestionário de transformação radical da totalidade das relações sociais. E por isso a luta pela autogestão é também uma luta cultural pelo significado autêntico desta palavra.

Considerações Finais

O objetivo do presente texto foi realizar uma análise da relação entre signo e ser no caso da autogestão. A palavra autogestão (o signo) pode expressar distintos significados (seres). A intenção aqui foi a de discutir a relação entre signo e ser para recuperar o ser que a palavra autogestão significa, expressa e demonstrar que esse processo faz parte da luta de classes. A luta cultural burguesa (e de suas classes auxiliares, especialmente a burocracia e a intelectualidade) busca, num primeiro momento, silenciar e omitir o uso autêntico do termo autogestão e, num segundo momento, para deformar o seu verdadeiro significado. A luta cultural proletária consiste em evidenciar e divulgar o conceito de autogestão e recuperar o seu significado autêntico.

Assim, o uso do termo autogestão se justifica e devemos efetivar uma luta cultural para recuperar o seu significado autêntico e para combater as deformações e apropriações deste termo pelas ideologias vigentes e do passado. Sem dúvida, para realizar a distinção entre o seu significado autêntico e as suas deformações, algumas vezes usamos “autogestão social”, o que é um truísmo, tal como usar “marxismo libertário” ou “marxismo autogestionário”, pois foram as deformações que ocultaram a sua essência libertária e autogestionária. O presente texto é apenas mais um capítulo dessa longa luta e certamente não é seu epílogo.

Referências

- ARVON, Henry. *La Autogestion*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 1990.
- BERGER, Claude. *Marx Frente a Lênin*. Asociación Obrera o Socialismo de Estado. Madrid, Zero, 1977.

- CABRAL, Manuel V. *Proletariado: O Nome e a Coisa*. Porto: A Regra do Jogo, 1983.
- CARVALHO, Nancy. *Autogestão: O Governo pela Autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou Barbárie*. O Conteúdo do Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1992.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. 3ª edição, São Paulo: Moderna, 1989.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. Democracia e autogestão. *Achegas*, v. a, p. 4a, 2008a. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/37/nildo_37.pdf
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. Rousseau e a Teoria da Autogestão Social. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, Maringá/PR, v. 53, p. 01-06, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54viana.htm>
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5ª edição, São Paulo: Pioneira, 1987.

DE BAIXO PARA CIMA, DA PERIFERIA AO CENTRO: O FEDERALISMO DE MIKHAIL BAKUNIN¹

João Gabriel da Fonseca Mateus²

Prólogo

Vida e obra de Bakunin podem ser resumidas na seguinte ideia: emancipação pela prática. Partindo desse pressuposto, elucidaremos no seguinte texto as principais teses de Bakunin sobre sua concepção de federalismo. Expresso pela primeira vez em *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (escritos de sua fala no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade) em 1867-1868, o texto é inaugurador de um Bakunin anarquista, já na sua maturidade. Em tal obra, o *federalismo* para o anarquista russo não é somente uma oposição ao Estado; seu projeto socialista-federalista é um método organizativo (em dois níveis – político e social) e, também, ao mesmo tempo, uma proposta para substituir o capitalismo.

Introdução

O presente texto tem por objetivo apresentar de maneira geral, a compreensão de *federalismo* na teoria de Mikhail Bakunin. Para este intento, torna-se necessário cumprir uma trajetória, apresentando: o contexto da produção de *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*³, as principais teses deste escrito e, por fim, sua interpretação da Comuna de Paris enquanto exemplo de *federalismo*.

¹ O texto que o leitor tem em mãos foi escrito para exposição no curso interno de formação de militantes do *Movimento Autogestionário - MOVAUT* (realizado no decorrer do ano de 2013) em que fiquei encarregado de mediar a discussão sobre *federalismo* em Bakunin. Tal curso teve por objetivo apresentar para os militantes e indivíduos que se aproximam do coletivo as obras de teóricos da autogestão social. Em tal oportunidade, foi apresentado o seguinte texto que se segue (com algumas alterações feitas posteriormente) em 18 de maio de 2013 nas dependências da Faculdade de Educação da UFG.

² Graduado em História (IFG), especialista em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas da UFG e mestrando em História (UFG). É autor dos livros *Escritos sobre a Imprensa Operária da Primeira República* (Pará de Minas: VirtualBooks, 2013) e *Educação e anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012). É membro do NUPAC (Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural) e do corpo editorial da Revista Espaço Livre. Email: joaogabriel_fonseca@hotmail.com

³ Esse escrito foi proposto como programa para a Liga da Paz e da Liberdade. Este texto é considerado como o texto inaugurador de Bakunin ao anarquismo, ou seja, seu primeiro texto

A priori, algumas questões são importantes para dar sentido aos liames do texto. Qual a importância de se discutir organização no anarquismo contemporâneo? Em que contexto foi escrita, apresentada e debatida as obras que aqui serão analisadas? Como Bakunin compreendia o federalismo e a atuação em dois níveis? Essas indagações-chave serão respondidas ao longo do texto para dar sustentação às teses aqui expostas.

A obra escrita entre 1867 e 1868 que tinha como título *Proposta ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade* que se reuniu em Genebra (Suíça) em 1868, reúne as principais concepções do federalismo enquanto estrutura de organização do socialismo libertário de Bakunin. O segundo texto aqui utilizado como fonte é conhecido mundialmente como *A Comuna de Paris e a Noção de Estado*, escrito em 1871 e publicado após sua morte⁴. Além destes escritos, abordaremos outros que contemplam a temática e, por assim dizer, complementam a discussão.

Crítico intransigente de todos os despotismos (moral, político, econômico, social, cultural, etc.) sobre a humanidade, Mikhail Bakunin teve sua trajetória intelectual militante condicionada ao próprio movimento de insurgência da classe trabalhadora no século XIX ou, como afirma em vários escritos, sua vida esteve condicionada pela ideia de *emancipação pela prática*⁵. Bakunin compreendia que suas posições e perspectivas não se tratavam de crenças teóricas, mas sim, de elementos constitutivos de observação prática que ele mesmo reuniu nas experiências, insurreições, convulsões, barricadas nas três décadas que antecedem suas posições de delator e combatentes das autoridades infalíveis. Por assim dizer,

anarquista. Para uma biografia da bibliografia do russo em português, ver: CORRÊA, Felipe. A Bibliografia de Mikhail Bakunin. In: *Anarkismo.net* [<http://www.anarkismo.net/article/16810>].

⁴ O texto foi publicado por Élisée Reclus a pedido da viúva de Bakunin, Antonia (SADDI, 2011, p. 90). Tal escrito é um trecho de *O Império Cnuto-Germânico e a Revolução Social. A Revolução Social ou a Ditadura Militar de 1870-1871*.

⁵ Ver, por exemplo, o texto *Educação militante. Relação entre as organizações socialistas e os sindicatos: Necessidade e papel do partido*. In: BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo: Luta Libertária, s/d.

obra e vida de Bakunin se convergem em um elemento central: a militância anarquista⁶.

Incessantes como os movimentos de seu século, os escritos do autor russo não são fáceis de reunir e/ou de analisar. Obras perdidas e incompletas nos acervos históricos marcam a trajetória da militância do anarquista russo. Obviamente, que sua obra não é uniforme e tão pouco, coerente em todos os pontos⁷. Esse ponto a se entender, nos leva a outros complementares. Primeiro, a historicidade do autor é algo central no ponto de vista libertário, já que Bakunin produz por mais de 4 décadas, desde seu texto sobre *Hamlet* de Shakespeare, seus estudos sobre Hegel na década de 1830 até seus últimos escritos sobre a Europa e a democracia francesa em que se nota claramente a maturidade e até mesmo um Bakunin em idade avançada, doente e descrente com os homens de seu tempo. Segundo, Bakunin esteve inserido em conturbações na sua vida composta por extradições, prisões, conflitos pessoais e perseguições em sua vida íntima, o que condicionou um ostracismo sobre seus escritos e um esquecimento histórico nos liames do movimento operário até hoje. Elementar também é afirmar categoricamente que Bakunin se torna eminentemente anarquista⁸ por volta dos 50 anos de idade, após aproximações e consequentes rupturas com as concepções hegelianas e blanquistas. A tradição bolchevique ainda hegemônica na historiografia do movimento dos trabalhadores internacional condicionou a tradição bakuninista ao

⁶ Sobre sua trajetória e vida como teórico, Bakunin diz: “Não sou nem sábio, nem filósofo, nem escritor profissional. Escrevi muito pouco na vida e sempre que o fiz foi a contragosto, somente quando uma apaixonante convicção forçava-me a vencer minha própria repugnância instintiva contra qualquer exibição pública do meu próprio eu” (BAKUNIN, s/d, p. 9). Aqui devemos ressaltar que Bakunin se torna anarquista no fim da vida, nesse período de 1867 em diante. Foi anarquista, portanto, por pouco tempo (menos de 10 anos).

⁷ A saber, de acordo com o Coletivo Luta Libertária “Ao generalizar um dos aspectos particulares do anarquismo de Bakunin, tornando-o absoluto, implicitamente expurgam outros prismas como algo estranho ao próprio bakuninismo. É desta forma que podemos encontrar nos escritos de Bakunin tanto textos que exaltam a espontaneidade, quanto textos que nos falam da necessidade de disciplina e unidade de ação” (BAKUNIN, s/d, p. 100).

⁸ Esse termo não é usado frequentemente em seu tempo, mas objetivamos deixar claro que Bakunin assume concepções socialistas revolucionárias (usando seus próprios termos) no período mencionado.

ostracismo. No entanto, durante sua vida como anarquista, sua influência foi maior que a de Marx e Engels no interior do movimento dos trabalhadores⁹.

Após fazer essas considerações iniciais, nos limitemos a discutir o que já foi exposto: a concepção federalista na obra de Mikhail Bakunin e seu exemplo prático, a Comuna de Paris.

O federalismo

O texto que norteará nosso trabalho é o que leva pela primeira vez uma concepção mais elaborada do federalismo na obra de Bakunin. Este foi escrito pelo autor russo para o Congresso da Internacional que se realizou em Genebra onde se formou a *Liga pela Paz e da Liberdade*. Tendo suas idéias e concepções recusadas pela maioria dos membros desta organização, Bakunin sai da Liga levando consigo vários adeptos e, tão logo, transforma a Fraternidade Internacional¹⁰ na ADS (Aliança da Democracia Socialista), a primeira organização específica de anarquistas da história, precisamente em outubro de 1868.

Fato marcante da saída de Bakunin e de sua total descrença nessa organização será quando ele dirá no texto que se intitula *Os Enganadores* publicado pelo jornal *L'Égalité* em julho de 1869 que a Liga é uma entidade falida e composta por burgueses democratas¹¹.

Essa falência de consideração de Bakunin pela Liga se dá por vários motivos. Uma delas, e, por conseguinte, o mais importante, é o modo de organização da entidade e seus objetivos finais. A destruição do Estado é algo fundamental na perspectiva bakuniniana, algo que não era prioritário para a Liga. Esse rompimento com a Liga será essencial para a perspectiva que Bakunin

⁹ Sobre isso, ver as teses de Samis (2013) sobre a Internacional Antiautoritária de Saint-Imier onde Bakunin tem notável influência.

¹⁰ A Fraternidade, assim mais conhecida, foi fundada em 1864, mesmo ano de fundação da AIT e pode ser entendida como uma organização de caráter internacionalista e revolucionária criada na Itália que visava reunir trabalhadores socialistas com o objetivo de uma transformação radical da sociedade. Teve seu fim em 1868. O texto no qual Bakunin expõe suas idéias no Congresso de Genebra, Suíça, estão baseados nos princípios da Fraternidade.

¹¹ Para maior aprofundamento, ver: BAKUNIN, Mikhail. *Os Enganadores: A política da Internacional – Aonde ir e o que fazer?* São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.

desenvolverá, pois, de uma vez por todas, teses presentes em seu texto que foi exposto no Congresso da Liga serão excluídas de seus pronunciamentos e futuras teses. Dentre elas, podemos destacar a possível construção de um Estado republicano e democrático.

Em suas considerações iniciais do texto, Bakunin é enfático em apresentar os objetivos de sua exposição e, conseqüentemente, de seus objetivos frente à Liga. Para ele, a organização deve se estruturar de baixo para cima. Em suas próprias palavras dirá que:

Queremos (...), que todos os subcomitês provinciais e comitês nacionais, até o Comitê Central ou Internacional, eleitos de baixo para cima pelo sufrágio dos aderentes de todos os países, tornem-se a fiel e obediente expressão de seus sentimentos, de suas ideias e de suas vontades (BAKUNIN, 1988, p. 4).

Obviamente que Bakunin entende esse método organizativo a partir da noção de liberdade. Distinta da liberdade democrática ou até mesmo liberal, o russo compreende a liberdade como um produto coletivo e que “(...) nenhum homem poderia ser livre fora e sem o concurso de toda a sociedade humana” (BAKUNIN, s/d, p. 32). Assim, essa liberdade reside no pleno desenvolvimento das faculdades intelectuais, morais e materiais do indivíduo.

Além de declarar a necessidade da liberdade, Bakunin proclama 13 teses sobre o papel da Liga, que podem ser resumidas assim: a) constituir os Estados Unidos da Europa, fundados na união de nações; b) rompimentos das desigualdades dos Estados europeus; c) inoperância do monarquismo frente a paz e a liberdade; d) Estado centralizado, mesmo que democrático é incapaz de organizar-se internacionalmente; e) papel do indivíduo integrante da Liga em lutar pela organização federalista, tendo por base as necessidades da população em liberdade; f) abandono da memória histórica que justifica direitos e privilégios de regiões sobre outras; g) garantia de autonomia de qualquer localidade possível frente a outras; h) direito de livre reunião e descentralização política; i) não realizar qualquer união com Estados monárquicos; j) conquistar a paz enquanto uma aquisição de luta solidária fundada na justiça e na liberdade dos povos da Liga; k) luta incessante contra as autoridades dos Estados; l) nacionalidade como fato

natural dos povos e, por fim, m) unidade como reunião da livre federação das partes autônomas em conjunto (BAKUNIN, 1988, pp. 9 – 14).

Essas treze teses são mais bem desenvolvidas ao longo do escrito de Bakunin. Elementos que norteiam suas ideias, as teses são acompanhadas por três partes constitutivas de seus argumentos: a primeira que debate o federalismo em profundidade, seguida por sua concepção de *socialismo* diferente da concepção social-democrata¹² e, por último, o antiteologismo e o papel da ciência na organização da nova sociedade.

Entendendo o trabalho como forma de superação da animalidade do homem e, por conseguinte, sua humanização, Bakunin fará uma distinção necessária entre o trabalho na sociedade de classes. Para ele, o trabalho em nossa sociedade feita pelas classes privilegiadas é *nervoso*, ou seja, “da imaginação, da memória e do pensamento” (BAKUNIN, 1988, p. 21). Distinto e realizado por outra classe, o trabalho muscular é uma forma de produtividade mecânica, onde uma parte do sistema muscular do homem é utilizada como maneira de especialização que desenvolve uma parte em detrimento de outras (Ibidem). As mazelas que recebe os representantes do trabalho muscular e, de outro lado, os privilégios do trabalho nervoso criam outras formas de dominação: para Bakunin existirá conseqüentemente a “riqueza, o luxo, o conforto, o bem-estar, as doçuras da família, a liberdade política exclusiva, com a faculdade de explorar o trabalho dos milhões de operários e de governá-los a seu bel-prazer”; e, “a miséria sem saída (...) o fardo, a ignorância, a barbárie, diríamos quase uma bestialidade forçada (...)” (BAKUNIN, 1988, pp. 21 – 22).

¹² Criticado por seus inimigos e até mesmo congêneres de socialismo como um pan-eslavista, Bakunin responderá aos seus adversários com duras palavras a tais acusações na obra *Estatismo e Anarquia*, precisamente no subtítulo *A Luta dos dois Partidos na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)* publicado em 1873. Assim dirá sobre o caráter revolucionário de suas ações se diferenciando dos socialdemocratas alemães: “Ao contrário dos socialdemocratas alemães, cujo programa fixa como primeiro objetivo a fundação de um Estado pangermânico, os revolucionários socialistas russos aspiram, antes de tudo, a destruir totalmente o nosso Estado, persuadidos de que, enquanto a centralização estatal, sob qualquer forma que seja pesar sobre o povo russo, este permanecerá um miserável escravo” (BAKUNIN, 2003a, p. 33).

Para o fim dessa relação social de exploração do homem pelo homem, o método organizativo da mudança, ou seja, a estratégia é algo elementar. Por isso, o federalismo é um método de “organização da sociedade de forma horizontal que torna possível todos os trabalhadores participarem diretamente das decisões políticas da sociedade” (COPOAG, 2013, p. 20).

No escrito *Catecismo Revolucionário* de 1866, Bakunin já daria prévias da noção de organização da sociedade futura, pós-capitalista. No referido, o autor defende que a revolução social, nos planos de revolução democrática (palavras do autor) pode ser resumida em dois níveis, um político e outro social. Notemos que essas concepções serão desenvolvidas por Bakunin em *Socialismo, Federalismo e Antiteologismo* dois anos mais tarde e que serão as bases pilares de sua aprofundada concepção de federalismo.

Politicamente: é a abolição do direito histórico, do direito de conquista e do direito diplomático. É a emancipação completa dos indivíduos e das associações do jugo da autoridade divina e humana: é a destruição absoluta de todas as uniões e aglomerações forçadas das comunas nas províncias, das províncias e dos países conquistados no Estado. Enfim, é a dissolução radical do Estado centralista, tutelar, autoritário, com todas as instituições militares, burocráticas, governamentais, administrativas, judiciárias e civis. É, em resumo, a liberdade devolvida a todos, aos indivíduos bem como a todos os corpos coletivos, associações, comunas, províncias, regiões e nações, e a garantia mútua dessa liberdade pela federação.

Socialmente: é a confirmação da igualdade política pela igualdade econômica. É, no começo da carreira de cada um, a igualdade do ponto de partida, igualdade não natural, mas social para cada um, isto é, igualdade dos meios de sustento, educação, instrução para cada criança, menino ou menina, até o momento de sua maioridade (BAKUNIN, 2009, pp. 66-67).

O *Catecismo Revolucionário*, como “um manifesto de princípios de uma organização política” (MONTEIRO, 2013, p. 249) dá vazão às concepções revolucionárias de uma transformação social através da ruptura com o Estado (no plano organizativo) e como relação social (individual-coletiva) de uma nova sociedade.

Conforme estruturou o findado Coletivo Pró-Organização Anarquista de Goiás (COPOAG), o método federalista pode ser definido como

uma forma de garantir que as pessoas estejam associadas livremente e de forma horizontal. Eu me associo com alguém porque fazemos um acordo mútuo, acordo que surge de nosso debate e de nossa conclusão coletiva.

Assim, para Proudhon, esta deve ser a forma política da nova sociedade. Os indivíduos associam-se de igual para igual formando uma associação, as associações associam-se livremente formando uma comuna, uma comuna federa-se formando uma nação, uma nação associa-se com outras nações formando uma comunidade internacional. Desta forma, o vínculo entre o indivíduo e a associação, entre a associação e a comuna, entre a comuna e a nação, entre a nação e a comunidade internacional não está garantido pela força bruta imposta de cima pra baixo, mas pela livre necessidade e vontade de todos os membros. Isto é uma organização livre, autônoma, horizontal e participativa (COPOAG, 2013, p. 20).

A eminente contradição em que esta sociedade está baseada leva a uma consideração radical e revolucionária de Bakunin em propor uma transformação social. O nível de massas e o nível estratégico de organizações secretas ou não-secretas (a depender do contexto) é algo fundamental e são, por assim dizer, complementares. A organização federalista busca através do anarquismo a destruição do Estado e do capitalismo, a mobilização de amplos setores da população para, de baixo para cima, promover a revolução social e abrir caminho rumo ao socialismo (CORRÊA, 2009, p. 13).

Outro ponto central do federalismo bakuninista e complementar a este é a sua noção de socialismo. Criticando essencialmente os precursores da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* da Revolução Francesa, dentre eles, Cabet, Louis Blanc, Saint-Simon e Fourier, Bakunin aponta seus limites e suas importâncias. Aprofundando sobre o socialismo, irá considerar o socialismo libertário de Proudhon e sua forma de conceber a sociedade futura de maneira salutar. Assim dirá:

Seu socialismo, fundado sobre a liberdade tanto individual quanto coletiva, e sobre a ação espontânea das associações livres, não obedecendo a outras leis além das leis gerais da economia social, descobertas ou em via de o serem pela ciência, fora de qualquer regulamentação governamental e de qualquer proteção do Estado, subordinando, por sinal, a política dos interesses econômicos, intelectuais e morais da sociedade, devia, mais tarde, e por uma consequência necessária, resultar no federalismo (BAKUNIN, 1988, p. 26).

Essa concepção de socialismo leva a uma diferenciação necessária de outros setores que levam o nome de *socialistas*. Para Bakunin, um verdadeiro socialista se distingue de um burguês pela justiça; também se distingue de um republicano que tendo do alto de sua complacência e de seu exclusivo “franco e

humano egoísmo” não compreende a liberdade necessária a se conquistar. Por exemplo, em carta a Albert Richard datada de 1870, Bakunin assim dirá dos republicanos:

Mas então o que vós podeis esperar do republicanismo burguês? O que ganhareis aliando-vos com ele? Nada, e perdereis tudo, pois não podereis aliar-vos com ele sem abandonar a santa causa, a única grande causa, hoje: a da emancipação integral do proletariado (BAKUNIN, 2010, p. 96).

A concepção de socialismo de Bakunin se insere em sua ideia de federalismo com a absoluta destruição do Estado. Entendendo sua dinâmica histórica de criar privilégios e cometer crimes contra a humanidade, o autor solucionará assim:

(...) concluímos, hoje, ser necessária a absoluta destruição dos Estados, ou, se preferir, sua radical e completa transformação, no sentido que, deixando de ser potências centralizadas e organizadas de cima para baixo, seja pela violência seja pela autoridade de um princípio qualquer, reorganizem-se – com uma absoluta liberdade para todas as partes de se unir ou não, e conservando cada uma a liberdade de sair sempre de uma união, mesmo que tenha sido livremente consentida (BAKUNIN, 1988, p. 100).

Para Bakunin, o Estado nada mais é do que a negação mais flagrante, mais cínica e mais completa da humanidade (BAKUNIN, 1988). O Estado e seus defensores se mantêm nas bases da desigualdade e, por isso, lutar contra o Estado é um passo prático revolucionário, pois “(...) liberdade na desigualdade é o privilégio, isto é, a felicidade de alguns fundada sobre o sofrimento de todos” (BAKUNIN, 1979, p. 6).

Organizado pela força e sob os auspícios do poder, os princípios do Estado estão assentados na organização hierárquica das classes sociais, umas em detrimentos de outras. Sua solução ao Estado é a livre organização dos indivíduos, que ele compreenderá como *federalismo*.

Assim, federalismo é uma forma de organização,

de baixo para cima, segundo as necessidades reais e as tendências naturais das partes, pela livre federação dos indivíduos e das associações, das comunas, dos distritos, das províncias e das nações na humanidade (BAKUNIN, 1988, p. 100).

Portanto, ao se falar de federalismo, fala-se de associar-se em organizações horizontais que no seu interior busca uma integração do indivíduo frente à organização e da organização frente ao indivíduo ressaltando na coletividade suas autonomias mútuas; o federalismo se organiza através de mecanismos tais quais, a participação de todos os indivíduos organizados, decisões coletivas e revogáveis, revogabilidade de funções, igualdade em poder de decisões, até mesmo das posições minoritárias, tarefas executivas e deliberadas coletivamente, responsabilidade individual e coletiva e combatividade; além disso, as organizações são formas específicas internas e que criam através da união de seus membros a autonomia necessária para lutar por questões concretas percebendo a necessidade de estender a luta, passando por questões pontuais para as mais profundas levando consecutivamente a necessidade de ruptura com o sistema que o gere (o capitalismo e a sociedade de classes no geral). Nesse sentido, o elemento central da forma organizacional federativa está pautado no conceito de *emancipação pela prática*.

Mas, como chegar, do abismo da ignorância, de miséria e de escravatura, no qual os proletários dos campos e das cidades estão mergulhados, a este paraíso, a esta realização da justiça e da humanidade na terra? Para isso, os trabalhadores só tem um único meio: a associação. Pois só resta uma única via, é a da [sua] emancipação pela prática. (BAKUNIN, 1988, p. 66)

Ao postular os *Estatutos secretos da Aliança: Programa e objeto da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais*, Bakunin lança as bases, antes mesmo da Comuna de Paris, da organização comunal e federativa. Nos postulados abaixo se encontram as formas descentralizadas de organização, a revogabilidade dos mandatos, a responsabilidade individual no coletivo, o caráter internacionalista das organizações. Vejamos quais são:

(...)

h) Para a organização da Comuna, a Federação das barricadas em permanência e a função de um Conselho da Comuna revolucionária pela delegação de um ou dois responsáveis por cada barricada, um pela rua ou bairro, responsáveis investidos de mandatos imperativos, sempre responsáveis e sempre revocáveis. Assim organizado o Conselho Comunal, poderá eleger seus comitês executivos, separados para cada ramo da administração revolucionária da Comuna.

(...)

k) Chamado a todas províncias, comunas, e associações, deixando-as todas seguir o exemplo dado pela capital de reorganizar-se revolucionariamente primeiro, e delegar logo, em um ponto de reunião, seus responsáveis, todos também, investidos de mandatos imperativos, responsáveis e revocáveis, para constituir a Federação das associações, comunas, e províncias rebeladas em nome dos mesmos princípios, e para organizar uma força revolucionária capaz de triunfar da reação (...)

(BAKUNIN, 1868, s/p).

O método federalista bakuninista se dá com a articulação entre dois níveis como mostraremos adiante. Após a saída da Liga, Bakunin organiza juntamente com seus congêneres, a ADS. Para ele, a criação dessa organização era algo essencial em seu socialismo e em seu método de organização, o federalismo. A ADS é assim definida pelo próprio Bakunin:

(...) é o complemento necessário da Internacional... – Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, num só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem nada opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também [contém] em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do [programa] da Internacional (BAKUNIN, s/d - a, pp. 151 – 152).

Conforme apontou Felipe Corrêa, a Associação da Democracia Socialista - ADS, fundada em 1868, teve uma influência determinante no processo de atividade de militância: de um lado colaborou através dos aliancistas na criação de uma rede organizativa revolucionária e radical que afastava reformistas da AIT e, de outro, influenciou na criação de seções da Internacional em países que ainda não existiam, por exemplo, Espanha, Itália, Portugal e Suíça, além de casos na América Latina, estimulados pelas correspondências com os aliancistas (CORRÊA, 2013, p. 24).

No nível político, os aliancistas investiram na criação de seções da ADS nos países, visando potencializar esse programa de massas e dar maior organicidade aos militantes anarquistas; a depender dos contextos, a Aliança teve maior ou menor organicidade (Ibidem, p. 25).

O método organizativo da teoria bakuninista se dá em dois níveis. Um primeiro, em nível clandestino (não necessariamente), político, ou seja, na organização de uma sociedade secreta organizada de uma forma a não aglutinar uma quantidade considerável de militantes (número por número); o segundo, em

nível público, social, na atuação no interior do movimento dos trabalhadores, ou seja, uma organização de massas. Esses dois níveis tiveram um exemplo prático. De um lado a ADS, enquanto organização que reunia anarquistas e figurava como organização clandestina e, de outro, a AIT, enquanto organização pública e plural que reunia os trabalhadores de variadas tendências políticas. Mas, para Bakunin, qual a importância da ADS no interior da AIT? Assim ele dirá:

Se só tivesse havido, na Internacional, seções centrais, provavelmente elas já teriam conseguido formar conspirações populares para a inversão da ordem atual das coisas, conspirações populares para a inversão da ordem atual das coisas, conspirações de intenção, mas muito fracas para atingir seus fins, porque elas nunca poderiam arrastar e receber no seu seio senão um pequeníssimo número de operários, os mais inteligentes, os mais enérgicos, os mais convencidos e os mais dedicados. A imensa maioria, os milhões de proletários, ficaria de fora, e, para inverter e destruir a ordem política e social que hoje nos esmaga, é preciso a concorrência destes milhões” (Ibidem, p. 68).

Nesse princípio, conforme bem apontou Lier, a ADS tinha o papel prático de efetivar a ação coletiva das massas que “(...) exigia táticas e estratégias, que implicavam tanto pensamento como ‘instinto’ e motivação. A ação coletiva exigia que uma minoria militante educasse, agitasse e organizasse sem qualquer noção de controlar as massas” (LIER, 2006, p. 198). Mas, como podemos definir a ADS?

A ADS, pública e secreta, constituía uma organização política, um tipo de partido, que agrupava membros em torno de um programa político-ideológico. Ela constitui o anarquismo funcionando, de fato, a partir deste momento, como uma ideologia que organizava militantes internacionalmente para um trabalho coordenado no seio dos movimentos populares (CORRÊA, no prelo).¹³

A ADS não é uma organização de vanguarda e tão pouco está a reboque da classe; ela tinha o objetivo de encarnar as ideias nos fatos¹⁴; logo, atuava como uma organização revolucionária com princípios e métodos articulados coerentemente em seus meios e fins com o movimento revolucionário dos trabalhadores. Por isso, o federalismo bakuninista é uma “interação dialética do nível político com o social” (CORRÊA, 2009, p. 5).

¹³ CORRÊA, Felipe. *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Bakunin*. São Paulo: Faísca, no prelo.

¹⁴ COPOAG. Contribuição de Bakunin ao debate da Organização Política. In: *Bakuninismo ou Anarquismo Coletivista*. Goiânia, s/d, pp. 9.

A negação direta do federalismo, por exemplo, é o estatismo. Mas, de onde vêm os Estados? Como surgem e quando surgem? Essa indagação que o próprio Bakunin faz não é de simples solução. Criticando a teoria rousseuniana de contrato social, o anarquista russo entenderá que a compreensão do filósofo francês é equivocada e de necessária superação, já que esta nada mais é do que uma “teoria igualmente falsa do ponto de vista da natureza” (BAKUNIN, s/d, p. 31). Assim dirá da teoria do contrato social:

Dissemos que o homem não é somente o ser mais individual da terra, é também o mais social. Foi um grande erro da parte de J.-J. Rousseau ter pensado que a sociedade primitiva tivesse sido estabelecida por um contrato livre, formado por selvagens. (...) Um contrato tácito! Quer dizer, um contrato sem palavras e conseqüentemente sem pensamento e sem vontade, um revoltante não-senso! Uma absurda ficção e, mais ainda, uma perversa ficção! Uma indigna fraude, pois supõe que, ainda que eu não tivesse em estado de querer, nem de pensar, nem de falar (porque me deixei tosquiar sem protestar), pude consentir por mim mesmo, e por toda minha decência, uma eterna escravidão (BAKUNIN, 1988, pp. 89 – 90).

Em que pese a análise de Bakunin, notemos que a grande crítica do russo em relação ao filósofo francês se reside na maneira pela qual Rousseau entende a origem do Estado. Aprofundando em suas críticas, Bakunin será elementar ao apontar que as consequências da teoria do *contrato social* são funestas, porque resultam na explicação a-histórica do Estado e em sua absoluta dominação. Por isso, Bakunin dirá que o Estado

(...) não é absolutamente um produto imediato da natureza; não procede, como a sociedade, o despertar do pensamento nos homens (...). Segundo os publicistas liberais, o primeiro Estado foi criado pela vontade livre e refletida dos homens; segundo os absolutistas, é uma criação divina. Num e noutro caso, domina a sociedade e tende absorvê-la completamente (BAKUNIN, 1988, p. 91).

Com isso dito, Bakunin entenderá que a sociedade não se funda em contrato social e, tão pouco, se estende como vontade refletida de todos os membros da sociedade: “Ela se governa pelos costumes ou por hábitos tradicionais, mas nunca por leis” (BAKUNIN, 1988, p. 91). Para Bakunin, o homem enquanto um ser social nasce involuntariamente na sociedade e por isso, ele é essencialmente um animal “pensante, falante, amando e desejando em sociedade” (BAKUNIN, s/d, p. 31 – 32).

Os disparates contra Rousseau são reflexíveis a ponto de entender que Bakunin entende o Estado como construção humana vinda de cima para baixo, ou seja, fundamentada na dominação de uns por outros. Aliás, seu federalismo é antes de tudo, uma luta contra o Estado e todas as autoridades possíveis.

Essas bases desenvolvidas por Bakunin serão aprofundadas com a criação da ADS (advinda da FRI, conforme já apontamos) e com a experiência da Comuna de Paris. É deste último movimento da classe trabalhadora que estudaremos a seguir. Nada mais elementar do que o próprio movimento real da classe trabalhadora na transformação das teorias sociais. Esse é o caso de Bakunin, que terá suas teses aprofundadas com essa experiência.

Comuna de Paris: a manifestação prática do socialismo revolucionário e do federalismo

Carregada de sentidos e interpretações de várias tendências do socialismo, a Comuna figurou-se e, ainda figura, como um modelo ou experiência de luta histórica que os trabalhadores levaram a cabo no século XIX. Entendida por Bakunin não como modelo, mas como sinônimo de experiência no tempo que antefaz as ações dos militantes no seu cotidiano, a Comuna de Paris fora a seu entender uma experiência prática do socialismo revolucionário que “acaba de tentar uma primeira manifestação brilhante” (BAKUNIN, 2006, p. 79). Isso, de fato, faz com que o autor russo, entusiasmado com a primeira experiência autogestionária da história afirme ser:

(...) um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido esmagada, sufocada em sangue pelos verdugos da reação monárquica e clerical, não por isso deixou de se fazer mais vivaz, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário em grande parte porque foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado (BAKUNIN, 2006, p. 80).

Eminente delator das autoridades e do despotismo de qualquer espécie, Bakunin entende (próximo à concepção de Marx¹⁵) que a Comuna nada mais foi do

¹⁵ Existem várias discordâncias entre os dois autores e suas teorias, tal como a questão do sujeito revolucionário, o materialismo, as formas de organização, universo conceitual, etc. Porém, suas teses sobre a Comuna chegam a um lugar comum: a Comuna como experiência de destruição do Estado. Para tal, ver: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2013.

que a abolição do Estado. Sua brevidade mostrou a possibilidade de ruptura com o existente e, além disso, criou a eminência de uma chama revolucionária e libertária que outrora esteve apagada e que figurava apenas na teoria.

O processo de emancipação no qual Bakunin enuncia sobre a Comuna foi levada através da autonomia dos operários parisienses e não de teorias *a priori*, constituindo como uma vanguarda sobre a realidade. Conforme Saddi aponta (2011, p. 102), a Comuna de Paris para Bakunin foi uma negação do Estado. Para ele, o Estado nada mais é do que uma mentira eterna e que na realidade não representa nada mais do que o privilégio de uns poucos fundado sobre a escravidão de todos (BAKUNIN, 2006).

Ávido contra as autoridades infalíveis, Bakunin declara que não é apenas no Estado que estão as explorações da humanidade. Esteve aí uma das limitantes da Comuna, segundo Bakunin. Rompendo uma visão simplória e determinista de revolução que compreende que reside no Estado toda *autoridade infalível*, Mikhail Bakunin dirá:

Decorre daí que rejeito toda autoridade? Longe de mim este pensamento. Quando se trata de botas, apelo para a autoridade dos sapateiros; se se trata de uma casa, de um canal ou de uma ferrovia, consulto a do arquiteto ou a do engenheiro. Por tal ciência especial, dirijo-me a este ou àquele cientista. Mas não deixo que me imponham nem o sapateiro, nem o arquiteto, nem o cientista. Eu os aceito livremente e com todo respeito que me merecem sua inteligência, seu caráter, seu saber, reservando todavia meu direito incontestável de crítica e de controle (BAKUNIN, s/d, p. 41).

Continuando seu raciocínio contra a autoridade infalível, o autor russo expõe:

Numa palavra, rejeitamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, titulada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal, convencido de que só ela poderia existir em proveito de uma minoria dominante e explorada, contra os interesses da imensa maioria subjugada... Eis o sentido no qual somos realmente anarquistas (BAKUNIN, s/d, p. 43).

Entendendo que o processo revolucionário é algo complexo e de difícil desenvolvimento, Bakunin bem entenderá que a transformação no nível da consciência possa ser até mais demorada do que no plano das relações sociais cotidianas. Por exemplo, o ato de manter a revolução social e expandi-la em nível de

generalidade na consciência pode ser mais demorado. Para ele, os “(...) homens não se transformam de um dia para outro e não muda de natureza nem de hábitos segundo sua vontade” (BAKUNIN, 2006, p. 83).

É evidente que os chamados interesses gerais da sociedade que o Estado pretende representar, e que na realidade não são outra coisa que a negação geral e consciente dos interesses positivos das regiões, das comunas, das associações e do maior número de indivíduos submetidos ao Estado, constituem uma ficção, uma abstração, uma mentira, e que o Estado é como um açougue, ou como um cemitério onde, à sombra e com o pretexto desta abstração, comparecem generosamente, beatamente, a se deixar imolar ou enterrar todas as aspirações reais, todas as forças vivas de um país (BAKUNIN, 2006, p. 87).

Mas, o que de fato a Comuna de Paris tem relação com o federalismo de Bakunin? Para o anarquista Russo, a noção de federalismo é novamente reiterada no escrito sobre a Comuna quando Bakunin aponta a necessidade da futura organização social ser feita de baixo para cima, pela “livre associação e federação dos trabalhadores, primeiro nas associações, depois nas comunas, nas regiões, nas nações, e finalmente numa grande federação internacional e universal” (BAKUNIN, 2006, p. 88). Esse é o caminho para a revolução social. Para este fim, a unidade teórica entre meios e fins é fulcral.

Em carta à redação do jornal *La Liberté* de outubro de 1872, Bakunin ressaltará após suas críticas à Marx, a importância que a Comuna representou ao proletariado mundial. Assim dirá:

A insurreição comunalista de Paris inaugurou a revolução social. O que constitui a importância desta revolução não é propriamente as bem fracas tentativas que ela teve possibilidade e tempo de fazer, são as ideias que agitou, a luz viva que lançou sobre a verdadeira natureza e sobre o objetivo da revolução, as esperanças que despertou em todos os lugares, e, em consequência, a poderosa comoção que produziu no seio das massas populares de todos os países, mas principalmente na Itália, onde o despertar popular data desta insurreição, cujo aspecto principal é a revolta da Comuna e das associações operárias contra o Estado. Por essa insurreição, a França retornou de uma só vez à sua posição, e a capital da revolução mundial, Paris, recuperou sua gloriosa iniciativa à frente e sob o canhão dos alemães bismarckianizados (BAKUNIN, 2001, pp. 44 - 45).

A heterogeneidade de sujeitos, práticas e concepções foram predominantes na Comuna. Notemos que a influência das correntes do socialismo não era fortes a ponto de dar a tonalidade da prática *communard* no decorrer da experiência autogestionária. A presença de militantes do anarquismo (termo pouco

utilizado no momento) é muito pequena na Comuna. Para Alexandre Samis (2011), por mais que os internacionalistas estivessem em minoria, Louis Eugène Varlin e seus congêneres conseguiram imprimir um caráter socialista e revolucionário na Comuna de Paris. Deve-se ressaltar que os operários até mesmo nem conheciam as teses dessas correntes que compunham a Comuna e elas não foram díspares internamente no sentido de que se digladiassem entre si causando o fim da luta conforme os debates intensos no interior da AIT. Para ele, a grande luta foi outra:

A Comuna de Paris durou pouco tempo demais e foi obstaculizada demais em seu desenvolvimento interno pela luta mortal que teve de travar contra a reação de Versalhes, como para que tenha conseguido, não digo aplicar, mas elaborar teoricamente seu programa socialista. Além disso — é necessário reconhecê-lo —, a maior parte dos membros da Comuna não era propriamente socialista, e se como tais se mostraram é porque foram arrastados invencivelmente pela força irresistível das coisas, pela natureza de seu ambiente, pelas necessidades de sua posição, e não por sua convicção íntima (BAKUNIN, 2006, p. 81).

O exemplo prático da Comuna apontou para a superação de várias entidades, embora distintas, que se articulam em objetivos comuns: órgãos de reprodução da iniquidade do homem pelo homem que devem ser superados no processo revolucionário. Assim o anarquista russo dirá:

A abolição da Igreja e do Estado deve ser a condição prévia e indispensável da liberação real da sociedade; depois disso, só ela pode e deve se organizar de outra maneira, mas não de cima para baixo e segundo um plano ideal, sonhado por alguns sábios, ou na base de decretos lançados por alguma força ditatorial ou até por uma assembleia nacional, eleita por sufrágio universal (BAKUNIN, 2006, p. 88).

Por fim, é nessa articulação antiautoritária, horizontal, combativa e sem mediação de estruturas burocratizantes na organização que está fundando os princípios básicos do federalismo bakuninista. Para Bakunin, o federalismo não é somente uma oposição ao Estado; seu projeto socialista-federalista é um método organizativo (em dois níveis – político e social) e, também, ao mesmo tempo, uma proposta para romper com o capitalismo. Por isso, para Bakunin, o Estado enquanto mantenedor da “escravidão política”, deve ser destruído já que a escravidão política é uma “condição de sua existência; assim, para destruir a miséria é preciso destruir o Estado” (BAKUNIN, 1989, p. 40).

Ao findar nossos apontamentos nesse texto, podemos concluir que o federalismo na teoria de Mikhail Bakunin garantiria a igualdade e a liberdade políticas (inseparáveis no seu projeto revolucionário), que arregimentaria as organizações de baixo para cima e da periferia ao centro, garantindo por fim a substituição das formas organizativas sociais centralistas pela federalista.

Conforme apontamos anteriormente, torna-nos impossível compreender o que Bakunin entende por *socialismo* apenas em seu texto de 1868. A articulação entre suas obras é fundamental pelo simples e claro motivo de uma continuidade de seus escritos como avanço teórico e de acordo com os próprios acontecimentos de seu tempo. Evidentemente ligado ao próprio contexto que o cerca e o faz anarquista, o anarquismo de Bakunin surge e se desenvolve da efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes (SILVA, 2011). Mas, além disso, o pensamento bakuninista possui raízes em lutas anteriores como se vê mencionado em vários de seus escritos.

Desacreditado com os homens de seu tempo e com o próprio contexto no qual está inserido¹⁶, Bakunin morre em 1876. Em seus últimos meses de vida, o revolucionário russo escreve a Élisée Reclus¹⁷ em carta datada de 15 de fevereiro de 1875, ressaltando que o momento em que estão é a de “(...) encarnação de uma classe esgotada, jogando seu último jogo” (BAKUNIN, 2010, p. 166) e que “tornara-me muito velho, muito doente, muito desencorajado, e, devo te dizer, sob muitos pontos de vista muito desiludido” (Ibidem).

Referências

BAKUNIN, Michael. A Igreja e o Estado. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

¹⁶ Ver carta a Nicolai Ogarev escrita na cidade de Lugano em 11 de novembro de 1874 onde Bakunin dirá: “Eu mesmo, meu velho amigo, coloquei-me à distância, e desta vez radical e irrevogavelmente, de toda atividade real, de todo contato por empreendimentos de ordem prática. Primeiramente, porque a época atual não convém, decididamente, para ações deste gênero” (BAKUNIN, 2010, p. 164).

¹⁷ Geógrafo e anarquista francês, autor de várias obras, dentre as quais, se destaca *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista* publicada pela primeira vez em 1897.

- BAKUNIN, Mikhail. *A Comuna de Paris e a noção de Estado*. Verve, nº 10, 2006, pp. 75 – 100.
- BAKUNIN, Mikhail. *A Ciência e a Questão Vital da Revolução*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.
- BAKUNIN, Mikhail. *A Instrução Integral*. São Paulo: NU-SOL/Imaginário/IEL, 2003b.
- BAKUNIN, Mikhail. *Catecismo Revolucionário. Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.
- BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2011.
- BAKUNIN, Mikhail. *Educação Militante*. In: *Conceito de Liberdade*. Porto: Rés Editorial, s/d-a.
- BAKUNIN, Mikhail. *Escrito contra Marx*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.
- BAKUNIN, Mikhail. *Escritos contra Marx*. São Paulo: NU-SOL/Imaginário/SOMA, 2001.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: NU-SOL/Imaginário, 2003a.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatutos secretos da Aliança: Programa e objeto da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais*. Trad. Frank Mintz. 1868. [http://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/Bakunin_-_Estatutos_secretos_da_Alian%C3%A7a.pdf]. Acesso em março de 2013.
- BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.
- BAKUNIN, Mikhail. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.
- BAKUNIN, Mikhail. *Os Enganadores: A política da Internacional – Aonde ir e o que fazer?* São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.
- BAKUNIN, Michael. *O que é Autoridade?* In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- BAKUNIN, Michael. *Os Perigos de um Estado Marxista*. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade – cartas de 1845 a 1875*. São Paulo: Hedra, 2010.
- BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo: Luta Libertária, s/d.
- COPOAG. *Anarquismo Coletivista: O Bakuninismo - Elementos de um Programa Anarquista*. São Paulo: Faísca, 2013.

COPOAG. Contribuição de Bakunin ao debate da Organização Política. In: *Bakuninismo ou Anarquismo Coletivista*. Goiânia, s/d.

CORRÊA, Felipe. *Da Periferia para o Centro: Sujeito Revolucionário e Transformação Social*. São Paulo: Faísca, 2009.

CORRÊA, Felipe. *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica Do Anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Faísca, 2013.

MONTEIRO, Fabrício. A Construção da "teoria" social como construção de relações sociais: o materialismo histórico de Mikhail Bakunin. *História e Perspectivas*, Uberlândia (48): 239-282, jan./jun. 2013.

SADDI, Rafael. Bakunin e a Comuna de Paris. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2011.

SAMIS, Alexandre. **A Associação Internacional dos Trabalhadores e a Conformação da Tradição Libertária.** In: **ITHA, 2013.** [<http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/11/alexandre-samis-a-associac3a7c3a30-internacional-dos-trabalhadores-e-a-conformac3a7c3a30-da-tradic3a7c3a30-libertc3a1ria.pdf>]. Acesso em novembro de 2013.

SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

SILVA, Rafael Viana da. *Indelévels Refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954)*. (monografia em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2013.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

AÇÃO E MILITÂNCIA ANARQUISTA NAS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS DE 1917.

*Kauan Dos Santos.*¹

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância que os anarquistas exerceram por meio de estratégias políticas e de propaganda no movimento operário em São Paulo no ano de 1917. Muitas vezes esquecidos ou nomeados de “pré-políticos” e “utópicos”, é ressaltado a ação destes que construíram e fizeram parte de uma cultura política complexa e ideologicamente justificada. Analisando suas propostas de organização, contestamos as interpretações que pressupõem um modo como a classe deveria ser, distorcendo a experiência prática que os trabalhadores possuíam².

Militantes, muitos de origem estrangeira, mas outros nascidos no país, movidos por ideologias ou correntes políticas, se organizavam para lutar contra o sistema capitalista ou para o melhoramento deste. Entre eles estavam socialistas, anarquistas, sindicalistas ou pessoas que apenas simpatizavam com teorias libertárias. É fato que muitos trabalhadores nem sequer tinham uma ideologia definida, também é ilusório pensar que todos tinham uma consciência de classe almejando o fim do sistema burguês. No entanto, não é possível ignorar a organização e ação de muitos trabalhadores e militantes em torno de visões de mundo, que eram de fato expressivas.

Embora, diversas vezes, esquecidos ou considerados “sem propostas eficazes” por historiadores³ e outros políticos, a presença de uma ação militante dentro do movimento operário em São Paulo e em outras cidades no Brasil foi bastante complexa e detinha uma força de contestação muito forte e complexa.

Como um exemplo notável, na segunda década do século XX em São Paulo, houve a greve geral de 1917. Acontecimentos marcantes como passeatas, prisões e a morte de trabalhadores como o do anarquista espanhol José Martinez fizeram com que muitas vezes as ruas da cidade fossem tomadas com muitos adeptos nas reivindicações. Tais eventos

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São Paulo.

² De acordo com a linha de raciocínio de Pinheiro e Hall (1985. p. 96-120).

³ Boris Fausto (1977) aponta a debilidade do movimento operário e seu fracasso político em seu primeiro momento. Para o autor, tal fato provinha da posição secundária da indústria, da exclusão dos trabalhadores da política e do movimento anarquista que se baseava em críticas morais e não propunha táticas avançadas de alianças, contribuindo para o isolamento do proletariado estrangeiro e aumentando o poder das classes dominantes no período.

mostram a força da organização política e sindical nos centros industriais do Brasil nesse período, e portanto a consideramos digna de atenção detida.

Há quem afirme que tal greve não passou de um acontecimento espontâneo devido às péssimas condições de trabalho e de moradia entre os trabalhadores nesse período, somado à incerteza que a Primeira Guerra trazia às pessoas.

O argumento e a análise das condições materiais existentes não podem ser refutadas para entender o movimento operário e a referida greve. Os próprios militantes do período usavam tal argumento para dar tom aos seus discursos (BIONDI, 2000, p.250-310). Porém, somado a isso, a análise de periódicos, comícios e discursos dos militantes e trabalhadores revela claramente uma articulação iniciada no começo do século para a realização de tal acontecimento. Christina Lopreato parece assertiva em sua obra “O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917” onde afirma categoricamente que a referida greve construída em seus detalhes revela a “presença de uma estratégia política em ação desde o início do século e fortemente enraizada no interior do nascente movimento operário” (LOPREATO, 2000, p.13).

Um aspecto em destaque é o fato que muitos periódicos operários de circulação na cidade mostravam apoio e táticas para a greve. Nesse evento, muitos militantes de orientação anarquista mostravam uma participação decisiva, escrevendo e organizando periódicos, participando de comícios e piquetes, tentando atrair os trabalhadores para a ação direta.

Entre as mais importantes formas de manifestação de ideias anarquistas nesse período esteve a ação nos meios sindicais. Embora muito criticada por alguns militantes e periódicos anarquistas, especialmente o periódico *La Battaglia*, a participação sindical e a ação direta estiveram entre os principais meios de manifestação anarquista. Alguns anarquistas criticavam a ação sindical por reivindicar apenas melhorias de vida dentro do sistema capitalista (reformismo) e ofuscar a revolução almejada. Outros anarquistas, no entanto, enxergavam o sindicalismo como arma eficiente para a formação política libertária dos trabalhadores, e adentravam nestes como uma tática para disseminar tal ideologia (SAMIS, 2009).

Periódicos anarquistas apoiavam e articulavam greves e piquetes dentro do operariado de São Paulo. Dessa maneira, apesar das diferenças estratégicas, os militantes se uniam tendo como fio condutor a propaganda política para as massas e o incentivo à

ação direta. A educação se torna um dos elementos principais entre estes. O objetivo comum era uma sociedade livre da Igreja, do capitalismo e do Estado (em todos os níveis) tendo em vista o autodidatismo e ação direta construindo uma sociedade igualitária e moralmente autossuficiente.

De fato, desde o final do século XIX, o Brasil começava a receber os primeiros imigrantes anarquistas que deixariam traços profundos no movimento operário. Entre eles estavam o português Neno Vasco, os italianos Oresti Ristori, Giulio Soreli, Gigi Damiani, Luigi Magrassi, Angelo Bandoni e também outros nascidos no país como Benjamin Mota. Tais militantes participaram ativamente, denunciando a exploração da mão de obra imigrante nas fábricas e fazendas e incentivando a organização e a ação direta. A partir de 1900, a organização operária começa a se solidificar, apresentando as primeiras ligas operárias, greves e manifestações. Nesse período em São Paulo, uma série de novos periódicos libertários começam a circular pela cidade como *O Grito do Povo*, *Palestra Social*, *A Lanterna*, *Germinal*, *La Nuova Gente*, *O Amigo do Povo*, *O Livre Pensador*, *L'Asino*, *La Battaglia*, *Azione Anarchica*, e outros títulos que adentravam no movimento operário a fim de estabelecer uma propaganda de libertação tanto econômica quanto moral ou mesmo para a melhoria das condições existentes (TOLEDO, 1994).

As perseguições policiais são um fator importante para entender a grande influência de tais periódicos. Os constantes empastelamentos e perseguições a militantes desde o final do século XIX e reforçados no período das greves, revelam o medo das classes altas do período do efeito da propaganda libertária no movimento operário (SILVA, 2006).

Outra importante evidência da grande circulação que estes periódicos tinham entre o operariado, podemos destacar a própria quantidade de impressões. *O Palestra Social*, por exemplo, publicado entre 1900 e 1901, ofereceu uma tiragem de 1.200 exemplares nestes anos, e também o periódico *La Battaglia*, fundado em 1904, que ofereceu uma tiragem de 5.000 exemplares (LEAL, 1999).

Importante força de ação no período foi a criação das primeiras ligas operárias de bairro, na Moóca, no Belenzinho, no Cambuci e na Lapa. Estas tinham como objetivo unir trabalhadores em movimentos de combate e de protesto contra a péssima qualidade de vida e em favor do melhoramento das condições de trabalho bem como a redução para uma jornada de 8 horas, pagamento semanal, a abolição do trabalho infantil e igualdade dos salários de homens e mulheres. Porém, a longo prazo, muitas dessas associações almejavam derrubar o sistema político, moral e econômico do período (LOPREATO, 2000).

Várias greves desse período foram marcantes, como a de 1906 em Jundiaí sob a orientação da Federação Operária de São Paulo, ainda em fase de consolidação, que foi duramente reprimida e derrotada. Novamente em 1913 os trabalhadores contestaram a carestia de vida e em 1914 manifestaram-se contra o desemprego. Após isso, no período posterior, em 1917, a Primeira Guerra Mundial estimulou a procura de matérias-primas resultando na elevação dos preços nos gêneros alimentícios. Esse fator somado a uma nova onda de desemprego e da conhecida convivência entre os operários em péssimas condições de moradia e trabalho resultaram em mais greves e reivindicações pela cidade (DULLES, 1977).

Levando em consideração tais afirmações, era clara, mesmo dentro do próprio período e entre muitos militantes, a necessidade da criação de um periódico que suprisse as necessidades práticas desse momento que parecia decisivo e preciso na luta contra os detentores do capital. Sabendo disso, em junho de 1917, o militante anarquista Edgard Leuenroth, após um longo trabalho em inúmeros periódicos, publica estrategicamente o primeiro número de *A Plebe* em substituição de *A Lanterna*.⁴ Neste número, fica claro o intuito do periódico, enxergando as greves do período como resultado de anos de propaganda, e um ponto claro de organização entre os trabalhadores:

Vai dando os seus resultados benéficos o trabalho de metodização do movimento libertário que há algum tempo se vem executando em São Paulo, no interior e em outros pontos do Brasil. Com grande satisfação constatamos isso, pois é uma obra cuja necessidade há muitos anos se fazia sentir.

A nossa propaganda vai, talvez, para mais de duas décadas que aqui se faz, com alguma intermitência, seguida, de quando em quando, de agitações populares ou de movimentos obreiros; até agora, porém, não se havia tentado dar corpo a esse movimento, coordenando os esforços, organizando os elementos dispersos aqui e ali, privados dos bons resultados consequentes da ação conjunta.

Esse é o trabalho que agora se esta tratando de levar a cabo, já se tendo a prova de que, com esforço e perseverança, bastante se poderá conseguir nesse sentido [...] E o que mais constitui motivo de animação é o apoio que vai recebendo, embora lentamente, como é natural, devido às causas acima expostas, a *Alliança Anarchista*, constituída, não há muito tempo, em São Paulo, com o fim de servir de traço de união entre as nossas diversas agrupações e os camaradas dispersos por ali além. São bons sintomas de um necessário e urgente despertar. Entretanto, muito mais se poderá conseguir, se todos os libertários que são bastante numerosos, se

⁴ Periódico fundado em 1901 por Benjamim Mota, advogado e militante anarquista. Por meio deste atacava a igreja e seus associados, um dos pilares da desigualdade na visão dos anarquistas. Em 1909, Leuenroth passa a dirigir tal jornal.

dispuserem a fazer algo, e desenvolver um pouco mais de atividade. (LEUENROTH.. A Plebe. 9 de junho de 1917.)

Daí em diante, *A Plebe* assumiu, muitas vezes, o debate e a articulação central de tais greves e acontecimentos. O periódico foi fruto da própria agitação de 1917, que necessitava de um ponto claro de articulação e definição da situação.

O periódico contava com um tipo de estratégia fundamental, os redatores usavam como tática de propaganda, colunas com notícias do movimento operário de forma neutra, mas sem deixar de apresentar no mesmo número, muitas vezes, a teoria anarquista para organizar tais eventos e guiar a revolução almejada. Tal estratégia era resultado da própria teoria anarquista que não almejava alcançar apenas libertários, antes o projeto internacional destes era unir todos os trabalhadores, contra o sistema capitalista, considerado exploratório. Além disso, o periódico era fruto de uma realidade concreta e de uma articulação entre os redatores experientes e assíduos no movimento operário de São Paulo. No trecho extraído a seguir, o periódico no artigo “O proletariado” evidencia novamente a força e a importância da organização entre os trabalhadores em todo o Brasil:

O clarim da liberdade ressoa por toda a parte chamando a postos os defensores da causa libertaria, da causa do povo. Do norte ao sul do Brasil, o movimento operário esta em plena atividade, cresce o número de sindicatos e associações de classe, bem como o número de aderentes. São frutos das ultimas agitações.

[...] Proletários! Uni-vos, agrupai-vos todos sob a mesma bandeira, certos de que a união vos dará a força e a vitória com a qual podereis quebrar para sempre a grilheta da miséria que nos escraviza (VIEIRA DE SOUZA. “O proletariado”. A Plebe. 11 de agosto de 1917.).⁵

Se tal trecho fosse isolado, sem o conhecimento prévio de que se trata de um jornal anarquista, muitos concluiriam que as palavras expostas a seguir fariam parte de qualquer periódico operário ou até mesmo de qualquer livro de doutrinação socialista. Na verdade tal interpretação é um erro crônico que insiste em separar o movimento anarquista da história do Socialismo⁶, ignorando que estes também, muitas vezes, inclusive no período, se consideravam parte das lutas concretas do movimento operário (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009) como a própria fonte deixa evidente. Ou seja, não se trata de um erro dentro do jornal, desvio ideológico dos redatores ou da falta de um projeto político, antes faz parte de uma propaganda e estratégia política entre os redatores a fim de despertar o anseio de liberdade entre os trabalhadores em geral.

⁵ Vieira de Souza. “O proletariado”. A Plebe. N.9 P.2. 11 de agosto de 1917.

⁶ O historiador Hobsbawn (2003), por exemplo, deixou clara sua posição afirmando que o movimento anarquista nada acrescentou nas lutas socialistas.

Podemos concluir também que o tipo de associação sindical que *A Plebe* propunha, não era o anarcossindicalismo ou uma associação somente composta por libertários, mas apresentava a tática do sindicalismo de orientação revolucionária (SAMIS, 2009). Ou seja, que priorizava e julgava mais eficaz a união de diferentes orientações ideológicas e políticas para a construção de uma força operária. Além disso, seria mais benéfico do ponto de vista estratégico para esses redatores e militantes uma propaganda maior e mais consistente de sua concepção e ideologia revolucionária entre os trabalhadores, almejando trazê-los para a ação direta (VENZA, 2004).

Não está sendo afirmado que houve uma recusa ideológica por parte dos redatores, o fato que quero colocar aqui, é que os anarquistas em *A Plebe* não estavam isolados da luta do período e nem faziam por onde, ao contrário, sua escolha pelo sindicalismo revolucionário estava sendo usada como estratégia entre os libertários em nível internacional, como impulsionada por Bakunin desde a Primeira Internacional e proposta por Malatesta⁷, um “anarquismo de massas”. O tom das colunas, às vezes “imparcial”, revela uma tática de militância que tinha como objetivo uma maneira assertiva para adentrar no movimento operário.

Nesse caso, acompanhando a trajetória de Edgard Leuenroth é notório que o militante sempre esteve em meio às pautas dos trabalhadores e ao mesmo tempo havia trabalhado com importantes militantes anarquistas como Benjamin Mota, Neno Vasco, Gigi Damiani. Assim obteve um bom contato com essa ideologia perceptível desde os primeiros periódicos com que estava envolvido. Com efeito, tinha consciência empírica tanto dos problemas dos trabalhadores e suas pautas de reivindicações quanto das propostas dos anarquistas naquele momento (KHOURY, 1988).

Outro importante ativista foi Gregório Nazianzeno de Vasconcelos (nome verdadeiro de Neno Vasco) que nasceu em Portugal em 1878 e com oito anos de idade vem para São Paulo com sua família. Volta para seu país de origem para concluir seus estudos em bacharel em direito. Após isso, em 1900, começa a se envolver com atividades militantes denunciando as arbitrariedades da polícia e a escrever em periódicos republicanos. Mas é

⁷ Os autores Schmidt e Van der Walt (2009) atentam para o fato que o verdadeiro embate estratégico dos anarquistas não era entre anarcossindicalismo e anarco-comunismo. Mas “anarquismo de massas”, que proporia táticas para a aproximação do anarquismo entre a classe trabalhadora vislumbrando uma insurreição efetiva tendo o sindicalismo revolucionário como principal instrumento. E de outro lado, o “anarquismo insurrecionalista” que desconfiaria da aproximação exacerbada com os sindicatos e acreditaria na propaganda pelo fato como método revolucionário.

com sua volta a São Paulo em 1901 que tem contato com militantes anarquistas e com a obra de Errico Malatesta. Daí em diante, Vasco passa a apoiar o sindicalismo como tática importante entre os anarquistas para a construção de uma nova ordem. Para ele, era um erro separar o anarquismo do movimento operário bem como tentar dissociar a união dos dois movimentos. Vasco escreve em sua obra:

Se procurarmos, não as origens filosóficas do ideal anarquista, nem a filiação do sentimento libertário nas revoltas e aspirações populares do passado – porque isso perde-se vagamente na noite dos tempos – mas sim no aparecimento dum movimento anarquista definido, do anarquismo operário com todas as características essenciais que tem hoje, vamos encontrá-lo sindicalista antes do termo, no seio da Internacional e das associações internacionais que Bakunin foi o principal inspirador, fundindo e vivificando as ideias marxistas com o pensamento de Proudhon e dos socialistas franceses (VASCO, 1984, p.75).

Como tática indispensável e historicamente situada, o anarquismo deveria se associar com os trabalhadores a fim de conscientizá-los para a libertação deles próprios e de toda massa contra o sistema opressor. Vasco continua:

Para alcançar essa organização social, (como qualquer outro fim já realizado ou a realizar), é indispensável uma ativa e grande obra de propaganda e organização. Nela estamos empenhados. Como para todos os partidos que têm um ideal a realizar, os nossos inimigos são a ignorância das massas, a sua destruição é a força material da burguesia constituída em Estado (com ou sem aparência popular) (VASCO, 1984, p.75).

Visando a propaganda libertária, Vasco participou da edição do periódico *O Amigo do Povo* em 1902 onde teve importante destaque. Tal periódico foi um dos mais importantes jornais anarquistas de então, e que abria uma discussão com o movimento operário influenciando e participando de muitas reivindicações do período.

Realmente, a tática de Neno Vasco e Leuenroth de inculcar o anarquismo entre os trabalhadores, o foi a principal corrente entre os militantes anarquistas do período. Mas podemos destacar também que era comum entre os anarquistas em geral acreditarem que uma educação em bases racionalistas para toda a população traria uma atitude revolucionária a estes. Por isso, a propaganda para a reflexão racionalista deveria inculcar em todos uma nova moral, com a qual o clericalismo e a religião fossem extirpados, bem como inculcar o racionalismo em detrimento da ignorância das massas existente devido, na interpretação dos anarquistas, ao próprio sistema exploratório e alienador do capitalismo (TOLEDO, 1994, p.130-149).

As escolas racionalistas, criadas nessa forma, estavam sendo pauta da discussão de anarquistas no Brasil desde o começo do século XX e já tinham sido apoiadas por importantes periódicos como *A Lanterna*.

Um dos principais representantes dessas questões era João Penteadado. Tal militante foi um dos principais pedagogos libertários em São Paulo. Mudou-se para a capital em 1912 onde se aproximou dos círculos anarquistas, tendo contato com importantes militantes como Leuenroth e Florentino de Carvalho. Com estes, fundou a primeira Escola Moderna em solo brasileiro no bairro paulistano do Belenzinho. Desde sua fundação, a Escola Moderna nº 1 teria Penteadado como seu diretor e professor, escolhido em Maio de 1912. A partir daí foi modelo e inspiração para outras escolas racionalistas em São Paulo (LENA JR, 1999, p.10-28).

Importante participação tiveram as mulheres na militância do período. Uma delas, Isabel Cerruti participou intensamente nas publicações deste bem como nas greves do período. Imigrante, provavelmente italiana, veio ao Brasil nos seus primeiros anos de vida e desde a adolescência já se aproximava dos temas libertários. Proferiu conferências, falava em comícios públicos e fez parte da *Liga Feminina Internacional* e do *Centro Educativo Feminino*. Embora sempre defendendo a posição da mulher, acreditava que a libertação deveria ser total e humana e portanto via os homens libertários como aliados em sua luta (DIAS, 2002, p.27).

Sendo visivelmente uma militante anarquista, Isabel não defendia governos políticos, liberais ou mesmo socialistas autoritários. Mostrava o anseio de libertação em todos os níveis. Criticar políticos e incentivar os trabalhadores a desacreditarem nas eleições foi uma das principais contribuições de Isa Rutti:

Alerta, proletários! Não vos deixeis iludir pelos longos, intermináveis e saporíficos discursos do candidato crônico à presidência da República.

Ruy não é, nunca foi amigo dos humildes, dos trabalhadores que lutam e sofrem em troca de um miserável pedaço de pão.[...] Para ele, a questão social se resume em meia dúzia de leis, que não seriam cumpridas e no direito que continuariam a ter os governantes de esmagar com o chanfallo policial ou sob as patas dos cavalos, as reivindicações dos explorados, de todos que só vivem do trabalho dos seus braços (Isa Rutti. A Plebe. 29 de março de 1919).

Com essas evidências, podemos observar a intensa e complexa militância que muitos personagens, exerceram durante o período das manifestações de 1917 em São Paulo, seja combatendo diversas forças dominadoras mas também construindo uma cultura e identidade política com propostas que almejavam mudar a realidade presente. Mais do

que uma reação espontânea, as manifestações do período contavam com a presença de uma articulação política (socialista e autogestionária) intensa que adentrava desde os meios sindicais até nas propostas educativas e culturais.

Referências bibliográficas.

BIONDI, Luigi. “A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas”. *Cadernos AEL. Imigração*. Campinas-SP: Unicamp, 2000.

DEMNICIS, Rafael; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Anarquismo no Brasil (volume um)*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

DIAS, Mabel. *Mulheres anarquistas: o resgate de uma historia pouco contada*. João Pessoa: Imprensa Marginal, 2002

DULLES, John W Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920*. São Paulo: Difel, 1977.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo. “Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle.” *Coleção Remate de Males*. n 5, 1985. P. 96-120.

HOBBSAWN, E.J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth: *Uma voz libertária imprensa, memória e militância anarcossindicalista*. São Paulo: USP, 1988. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Tese de Mestrado. São Paulo- Campinas: Unicamp 1999.

LENA JR, Hélio de. *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917–1922)*. Dissertação de mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1999.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, Michael; WALT, Lucien van der. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

SILVA, Rodrigo Rosa da. “As ideias como delito: a imprensa anarquista no registro do DEOPS-SP (1930-1945).” IN: DEMNICIS, Rafael; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Anarquismo no Brasil (volume um)*. p. 113-132.

TOLEDO, Edilene. *Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Tese de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Edições afrontamento, 1984.

VENZA, Claudio. “O Anarco-Sindicalismo Italiano Durante o “Biennio Rosso” (1919-1920)”. IN: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004

Fontes secundárias

Periódicos lidos (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP):

- *A Plebe*. São Paulo. Ed. Edgard Leuenroth. 1917-1920.

- *Guerra Sociale*. São Paulo. Ed. Angêlo Bandoni. 1916-17.

CLASSE TRABALHADORA E REPÚBLICA PORTUGUESA NAS CRÔNICAS DE NENO VASCO: O DIA-A-DIA DAS GREVES RURAIS E URBANAS DURANTE O BIÊNIO DE 1911-1912.

Thiago Lemos Silva¹

Introdução

Não faltam lá anarquistas [...] inteligentes, dedicados e sinceros. Não são tão pouco desunidos. Em São Paulo, por exemplo, deixei com profundíssima saudade, um ambiente cordial e amável, e senão isento de pequenas questões sem alcance – o que seria sobrehumano – ao menos desembaraçado de baixas intrigas, franco e acolhedor. Não conheço camarada que o tenha abandonado sem verdadeiro pesar [...] (VASCO, 1911).

Escrevendo estas linhas para uma crônica que seria publicada n' *A Sementeira*², Neno Vasco³ revelou aos leitores do periódico lisboeta sua consternação ao deixar os companheiros com quem compartilhou por, uma década, a militância no Brasil⁴. No início de 1911, quando Neno decidiu retornar para Portugal, já era um militante bastante conhecido dentro e fora dos círculos de militância anarquista e operária, já havia se casado com Mercedes Moscoso⁵, era pai

¹ Graduado em História pelo Unipam (Centro Universitário de Patos de Minas) e mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia); professor da educação básica na rede particular e pública e membro do Coletivo Mundo Ácrata.

² Sobre *A Sementeira* ver: FREIRE, 1981.

³ Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 09 de maio de 1878 e faleceu em 15 de setembro de 1920 em São Romão do Coronado perto do Porto. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p103. Neno Vasco passou a utilizar esse pseudônimo somente após o seu ingresso no movimento anarquista e operário em Portugal, por volta de 1900. Antes, atendia pelo seu nome de batismo. **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. S/D, p.306.

⁴ No entanto, isso não significou que sua militância no Brasil tenha findado. Pois, mesmo depois de ter retornado a Portugal, Neno continuou a participar da imprensa anarquista e a interagir com o movimento operário brasileiro. Na realidade, Neno acreditava que o estreitamento dos laços entre o movimento anarquista e operário do Brasil e de Portugal, era de suma importância para o construto de diferentes estratégias, onde todos os países, desprezando as fronteiras criadas pelo Estado, se federalizariam para instituir uma sociedade livre das peias capitalistas. Fiel a essa démarche internacionalista, ele atuou, por quase uma década, de forma a unir os companheiros situados do lado de cá e do lá do Atlântico. A esse respeito ver: SILVA, 2012.

⁵ Neno Vasco casou-se com Mercedes Moscoso em 1905. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p. 103.

de três filhos: Ciro, Fantina, Ondina⁶, e possuía emprego fixo como tradutor de línguas em casas comerciais de São Paulo. Neno acreditava, entretanto, que o seu retorno a Portugal poderia facilitar o contato com outras figuras anarquistas do continente europeu e que, assim, poderia contribuir de forma mais dinâmica e eficaz com ação e propaganda a nível internacional. Neno sentia que com a queda da Monarquia e instalação da República, não deveria adiar a sua volta e, com isso, prorrogar ainda mais um projeto que o perseguia já há um bom tempo.

Assim que concluiu a travessia do Atlântico a bordo do vapor holandês Frísia, em 04 de maio de 1911, a família Moscoso e Vasconcelos se fixou em Lisboa. Uma vez em terra firme, Neno Vasco procurou, logo que possível, restabelecer contato com Hilário Marques, diretor da revista *A Sementeira*. Embora, ao que parece, Neno e Marques não se conhecessem pessoalmente, a troca epistolar entre ambos, que remete ao período em que ele ainda residia no Brasil, parece ter gerado um grande vínculo de afinidade entre os dois. Foi graças a este contato com Marques, escrupulosamente mantido por quase dez anos, que ele conseguiria granjear algum espaço nas folhas anarquistas e operárias da imprensa portuguesa. Agora, entretanto, ele iria obter uma visibilidade muito maior.

Sem alterar, demasiadamente, a fisionomia ideológica d' *A Sementeira*, ele não encontrou muitas dificuldades para poder se alinhar ao perfil editorial deste periódico mensal, que, naquela conjuntura, já caminhava a passos largos rumo ao movimento sindical. Neno Vasco via nesta revista, assim como viu na revista *Aurora* que dirigiu no Brasil, o caminho mais adequado para a divulgação e difusão do anarquismo junto às classes trabalhadoras:

[...] Insistindo neste itinerário, o trabalho executado vinha ao encontro de uma obstinada busca empreendida por ele, a partir da qual a propaganda ideológica (nos sindicatos) associada a uma arguta análise das mudanças [...], tornariam possíveis o lançamento das bases para a organização de um movimento anarquista forte e com chances de duradouro protagonismo social (SAMIS, 2009, p. 258).

⁶ Ciro nasceu em 1908, Fantina nasceu em 1908 e Ondina em 1910. Isso se excetuarmos seu filho Dino, que faleceu logo após morrer em 1909. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p. 103.

A partir das longas e proveitosas conversas tecidas tardes adentro na taverna conhecida pelo vulgo de “Feijão Encarnado”, ponto de encontro dos colaboradores da referida revista, Neno ia se inteirando dos principais fatos ocorridos em sua terra natal durante os quase 10 anos em que esteve ausente. As notícias, antes recebidas apenas por cartas, ganhavam carne e vida a partir dos relatos orais feitos pelos novos companheiros sobre a ebulição gerada na população portuguesa por causa implantação do regime republicano em 05 de outubro do ano anterior⁷. Aos poucos o “atordoamento” gerado pela longa viagem passava e Neno não se sentia mais em “país estrangeiro” (VASCO, 1913, p. 17). Possivelmente, estas conversas se converteram num estímulo para que Neno escrevesse, em 15 de maio de 1911, uma crônica sobre o processo que levou os portugueses a colocarem um fim no regime dinástico que imperou no país por quase oito séculos:

[...] o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto a estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo (VASCO, 1913, p.17).

Trago à tona neste trabalho as crônicas de Neno Vasco, originalmente publicadas na imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, e, posteriormente, publicadas em seu livro *Da Porta da Europa* em 1913⁸, sobre a relação tecida entre classe trabalhadora e a república portuguesa, durante as greves rurais e urbanas ocorridas no biênio 1911-1912. A partir da sua escrita

⁷ A implantação da República em Portugal foi resultado de um golpe de Estado realizado pelo Partido Republicano com o apoio de outras forças políticas, em 05 de Outubro de 1910, que depôs a Monarquia. Para isso, colaborou a insatisfação da população frente a subjugação de Portugal aos interesses britânicos, o poder da Igreja, os gastos da família real, a instabilidade da economia e, sobretudo, a constatação de que Portugal se encontrava em atraso em relação aos outros países europeus. Ver: CATROGA, 2010.

⁸ As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *A Lanterna* (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro.

cronística, pretende-se problematizar como trabalhadores e republicanos se comportaram após a queda da Monarquia, fato que não poderia ser contemplado sem levar em consideração a união tática destas duas importantes forças sociais do cenário político lusitano.

A instauração da República e a correlação de forças políticas entre as classes sociais em Portugal

O que levava Neno a acreditar que a República parecia gozar de larga vida, ao passo que a Monarquia já não encontraria mais elementos de vida em Portugal? Ao analisar a *correlação de forças políticas* entre as *classes sociais* presentes no processo que possibilitou a construção da República, o cronista argumentava que não existia nenhum outro país no continente europeu em condições mais adequadas para o estabelecimento do novo regime.

A *classe aristocrática*, já havia perdido qualquer capacidade de esboçar alguma resistência. Em virtude, principalmente, do desgaste que a Monarquia Constitucional⁹ vinha sofrendo nos últimos anos, diante da incapacidade de aceitar as reformas reivindicadas pela população, esta classe possuía pouca ou até mesmo nenhuma representatividade junto à sociedade, tendo a Monarquia caído mais pela “frieza dos seus defensores” do que pelo “ímpeto dos seus atacantes” (VASCO,1913, p.21). Nem mesmo as tentativas de contra-revolução levadas a cabo pelo ex-capitão Paiva Couceiro mereceriam qualquer atenção. Este, apesar de demonstrar alguma “valentia nos combates”, era “nulo em política”. Couceiro representava em sua opinião “um mal averiguado fenômeno de psicologia política”, presente em quase todos os períodos de transição de regimes monárquicos para regimes republicanos, onde se evidencia uma espécie de “contraste entre o personagem e a época”, em que o “sublime” de ontem transformar-se-ia no “grotesco” de hoje. Assim, as tentativas de Couceiro, longe de lhe inspirarem

⁹ A Monarquia Constitucional foi instaurada em Portugal em 1820 com a revolução liberal, conhecida como “vintismo”. A partir de então, o regime de representação das cortes divididos nas três ordens do reino: clero, nobreza e povo, foi substituído por uma assembleia parlamentar. Ver: SARDICA, 2003.

qualquer “cólera irreprimível”, suscitariam antes “sorrisos de piedade” (VASCO, 1913, p, 20).

Segundo Neno, em todos os países onde imperava o capitalismo, a burguesia já havia demonstrado suas predileções pela República em detrimento da Monarquia, e se ela ainda não o tinha feito, era precisamente:

[...] porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social [...] Onde, porém, a burguesia pode passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou dum vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pode tentar tranquilamente a aventura, graças a inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo, abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais (VASCO, 1913, p.226-227).

Embora divida em várias *frações*, a burguesia teria sido a classe que mais ajudou e foi ajudada com o novo regime. Por causa do pouco desenvolvimento industrial em Portugal, a *alta burguesia* lhe parecia “mais ou menos indiferente as novas formas de governo” e os “seus interesses pareciam marchar de acordo com a opinião geral” (VASCO, 1913, p.18). A *pequena burguesia*, já em processo de proletarianização, não parecia proceder de modo diferente. Já para a *burguesia média*, a situação era outra. Para o cronista, a República “era obra dela e para ela”, uma vez que as reformas concretizadas pelo novo regime teriam correspondido, na sua quase totalidade, aos seus interesses enquanto classe social, seja pela sua “importância numérica”, seja pela sua “independência material” (VASCO, 1913, p.19).

Uma vez que a questão social não estava ainda “firmemente plantada em Portugal”, a *classe operária*, se deixando “embalar pelas promessas democráticas”, não conseguia separar seus interesses dos da burguesia, e, por esse motivo, apoiava desde a virada do século XIX para o século XX a luta dos republicanos. De acordo com ele:

[...] as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingênua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do

direito a greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrudescimento dos sindicatos (VASCO, 1913, p236-237).

Estas promessas, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram entretanto um extraordinário (re)nascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos entre capital e de trabalho após a proclamação da República. Depois de décadas de apoio aos republicanos, os trabalhadores começavam a lutar pelos seus próprios interesses. Esse era o sinal inequívoco de que algo havia sacudido a modorra e despertado a consciência de classe daqueles trabalhadores, que, se existente, parecia estar adormecida.

Desde 1906, a maior parte dos sindicatos tinha perdido sua expressividade na medida em que os trabalhadores se deixavam absorver pela perspectiva mais excitante da revolução republicana. Significativamente, em 1910, dos quatro sindicatos com mais de cem membros: da Construção Civil do Porto, dos Marítimos e dos Soldadores de Setúbal e dos Operários Têxteis de Lisboa, só um tinha sede em Lisboa. No entanto, o advento da República transformaria sensivelmente este quadro. Em julho de 1911 já existiam 356 sindicatos em Portugal, a maioria dos quais haviam sido fundados ou reanimados depois de Outubro de 1910. A sua distribuição geográfica também passou por algumas transformações (PULIDO, 1972).

Renascimento do movimento sindical certamente: mas, de qual sindicato se trata? Primeiramente, é necessário reter que se não está falando de qualquer sindicato, mas, sim do sindicato tal como é concebido pelo sindicalismo revolucionário, estratégia de luta cujo enraizamento no movimento operário português sem sombra de dúvidas antecede a implantação da República, mas, cujo processo de irradiação, coincidentemente, se dá com o estabelecimento do novo regime político em terras lusitanas. Durante esse processo de (re)nascimento do movimento sindical, os anarquistas desempenharam um papel não negligenciável, tomando à frente das organizações de resistência e ultrapassando rapidamente os socialistas, que até hegemonizavam o movimento operário, mas, que seriam progressivamente isolados e marginalizados pela nova dinâmica assumida pelo movimento sindical. Os socialistas permaneciam ativos apenas nas poucas

organizações mútuas existentes, que se encontravam mais sintonizadas com a sua estratégia reformista, que começava a enveredar pelo parlamentarismo. A passagem de uma estratégia para outra, bem como o papel desempenhado por anarquistas e socialistas nesse processo, é colocada por João Freire do seguinte modo:

Com um discurso direto e agressivo (para os patrões e os grandes proprietários de terras) os anarquistas puderam rapidamente fazer crescer sua influência sobre as camadas assalariadas, impulsionando greves e outras ações diretas e propondo aos trabalhadores tomar o seu destino em suas próprias mãos [...] nesse período, em revanche, a influência dos socialistas diminuiu consideravelmente: eles irão se tornar claramente minoritários no movimento operário e chegarão às engrenagens do poder político apenas por meio de negociações com os republicanos e não pelo reconhecimento do eleitorado. O Sindicato era inegavelmente a força social mais ativa do país (FREIRE, 2009, p. 94-95).

Enquanto anarquista engajado com o sindicalismo revolucionário, que prega, portanto, a ação direta do trabalhador fora do e contra o Estado, o que Neno esperava da recém-formada República? O que Neno esperava do novo regime não era que este resolvesse a questão social. Segundo ele, a questão social nunca poderia ser resolvida na sociedade capitalista, independentemente do regime político que esta viesse a assumir. Em sua opinião:

[...] nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salarido e a divisão da sociedade em classes econômicas, poderá ser a solução do problema social, nem a classe que detém o poder econômico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falem de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos (VASCO, 1913, p.235).

Segundo Neno, mesmo que os republicanos se ocupassem dela, eles não o faziam senão com o objetivo de engrandecer reformas superficiais, cuja finalidade era regulamentar e circunscrever direitos que eram duramente conquistados pela ação direta dos trabalhadores. Na realidade, o que ele esperava da República era que respeitasse os direitos democráticos básicos, essenciais ao movimento operário, tais como:

[...] a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade, aliás, bem mesquinha, pela privação dos meios econômicos), o direito a greve não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento pelas violências desorganizadoras sob o pretexto de manter a ordem (VASCO, 1913, p.236).

Dito de outro modo: Neno esperava da República o que “ela era [...] e não o que ela não poderia ser”.

A reação republicana diante das greves rurais e urbanas de 1911-1912

Mas, em que medida a República foi o que ela deveria ser segundo o anarquista, quer dizer, em que medida ela respeitou as liberdades democráticas? Assim que as primeiras greves começaram a pulular em Portugal, os republicanos assumiram uma posição oposta no que se refere aos trabalhadores.

Mas eis logo, escreveu Neno Vasco, os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento draconiano que, se fosse aplicado, tornaria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar todos os meios de coação e intimidação em todos os movimentos importantes (VASCO, 1913, p.236-2370).

Esse regulamento draconiano ao qual Neno faz alusão é o decreto que regulamenta o direito à greve. Uma vez instaurado, o novo regime regulamentou o direito à greve¹⁰, porém, ergueu uma série de obstáculos que visou controlar o raio de ação dos grevistas. O “decreto burla”, como rapidamente passou a ser conhecido na imprensa anarquista e operária, exigia que os trabalhadores avisassem com pelo menos uma semana de antecedência suas intenções de paralisar o trabalho. Conforme explicitou Neno no trecho que destacamos acima, o decreto não diferia e alterava em quase nada o direito dos trabalhadores à greve. Por um lado, se o decreto fosse obedecido, ele bastaria, por si só, para derrotar os grevistas. Por outro, se fosse desobedecido, o governo intervinha violentamente com o pretexto de defender a lei, beneficiando desse modo diretamente os patrões. A esse propósito, ele não vaticinava em argumentar que:

Representante dos interesses da classe média, para a República, as classes médias são todo o povo, e os interesses delas são os interesses de todos. A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, para que perturbar levemente o sossego dos que a dirigem e as digerem é cair no mais hediondo crime. Que mais querem? Nós fizemos a República, instrumento de reformas; nós satisfazemos as modernas aspirações da democracia; nós renovamos boa parte do pessoal burocrático e colocamos bom número correligionário de amigos; criamos lugares novos [...] o que mais querem? (VASCO, 1913, p.32-33).

¹⁰ Durante a vigência do regime monárquico em Portugal, o direito à greve não era legalmente reconhecido.

As greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912, as quais Neno cronicou com extremo zelo, testemunham isso fartamente. De acordo com ele, a partir de junho de 1911 inicia-se em Évora, Santarém, Coruche e outras cidades do interior alentejano um conjunto de greves gerais levadas a cabo por diferentes categorias do proletariado rural: ceifeiros, leiteiros e cavadores, em prol de uma série de reivindicações: prioridade de contratação para aqueles que residiam na localidade em que trabalhavam, fim da carestia de vida, restrição do uso de máquinas agrícolas, redução da jornada de trabalho e a estipulação de um salário mínimo.

Dentre todas as reivindicações, a que Neno destacava é aquela alusiva à estipulação do salário mínimo, talvez em virtude das especificidades assumidas pelas relações entre capital e trabalho no Alentejo, região que se encontrava constantemente submetida à crises sazonais, o que impedia que os trabalhadores obtivessem alguma ocupação regular ao longo de todo o ano. Nesse sentido, acreditavam que a existência de um salário minimamente fixado e pago de modo parcelar, permitiria com que suportassem o outono, estação imprópria para o trabalho e não tivessem que esperar até a primavera, quando as condições climáticas tornariam novamente possível o seu retorno para a lavoura e a colheita (PEREIRA, 1983).

Ainda na esteira das promessas feitas no período que precedeu ao 05 de outubro, os trabalhadores rurais, crenes de que o governo trataria suas reivindicações de “maneira democrática”, organizaram a greve em conformidade com todos os ditames exigidos pela lei que a regulamentava. Apesar de terem seguido à risca o protocolo, a iniciativa dos grevistas não foi vista com bons olhos pelo governo que desencadeou um feroz processo de perseguição e repressão aos trabalhadores. Numa crônica escrita algum tempo depois, mais precisamente em 04 de fevereiro de 1912, Neno colocaria em evidência, com toda a ironia que lhe era peculiar, o contraste das atitudes tomadas por um segmento e outro no período imediato à deflagração da greve.

Viva a República! E as associações foram logo encerradas. Viva a República! E a cavalaria afugentava da cidade grupos submissos,

perseguido-os durante quilômetros. Viva a República! E os representantes dos grevistas, republicanos de velha data, vinham para as prisões de Lisboa. Viva a República! E varados pelas balas da guarda republicana caíram um morto e vários feridos, um dos quais, em 31 de janeiro de 1891, enfrentara, em defesa da aspiração republicana, a mesma repressão com epíteto monarquista (Vasco, 1913, p.138).

Mesmo sob o clima de forte violência pairando no ar, graças às mobilizações grevistas ocorridas em 1911, a reivindicação concernente ao salário mínimo foi atendida. No entanto, nem todos os patrões cumpriram o que foi acordado. Isso levou os trabalhadores de Évora, onde o pacto não havia sido respeitado, a entrarem em greve novamente em janeiro de 1912. Embora a reivindicação que conduziu a ela fosse a mesma, as coisas passaram-se já em outro plano, principalmente por causa da nova configuração que a relação entre a República e os trabalhadores passou a assumir.

Para isso convergiu a reação violenta do Estado, a experiência acumulada durante a greve realizada no ano anterior, e, igualmente, a aproximação entre os sindicalistas rurais e os sindicalistas urbanos, a partir da mediação de Carlos Rates. Em decorrência das conversações durante a realização do *II Congresso Sindicalista*, de maio de 1911, foi deliberada uma resolução que previa a criação de uma secretaria de excursão coordenada por Rates, com o intuito de realizar uma *tournee* de propaganda pelo Alentejo, que contribuiu para que as associações sindicais fossem mais bem estruturadas e outras fossem criadas, conferindo-lhes um perfil mais tendente ao sindicalismo revolucionário (SAMIS, 2009).

Em conformidade com as atitudes tomadas até então, o governo desencadeia novamente um sistemático processo de perseguição e repressão aos trabalhadores rurais em Évora, fechando sindicatos sem quaisquer justificativas e ameaçando a execução de procedimentos similares em outras associações, que, porventura, permitissem a reunião de grevistas. Por causa da onda repressiva que se abateu sobre os camponeses em Évora, os trabalhadores de Lisboa aderiram ao movimento de greve geral em solidariedade com os trabalhadores daquela parte do Alentejo. Movimentos similares surgiram e se alastraram em Setúbal, Coimbra e outras cidades. Face à força que este movimento adquiriu no campo e na cidade, a violência do governo redobrou. Em Lisboa, onde se concentravam o maior número

de trabalhadores urbanos em greve, as garantias constitucionais foram suspensas e o Estado de sítio declarado por 30 dias. Em decorrência disso, os trabalhadores, entrincheirados na *Casa Sindical*, de onde coordenavam a greve, foram cercados por forças do exército que, lançando mão de uma forte artilharia, procurava intimidar os grevistas (SAMIS, 2009).

Segundo Neno, a justificativa do governo para tal violência era a de que Portugal estava passando por um momento em que todos deveriam se sacrificar a fim de que a República tivesse o tempo necessário para se consolidar enquanto instituição. Embora nem “todos estivessem servidos”, ninguém “teria o direito de se servir por suas próprias mãos”, pois, a impaciência era tomada enquanto indícios de “traição monárquica” (VASCO, 1913, p.33). A necessidade que Neno tinha de enfatizar isso não era fortuita. A ideia de que sindicalistas e monarquistas haviam se aliado para (re)construir a Monarquia em Portugal, havia se tornado um fato, ou melhor, um fantasma que perseguiu os republicanos durante muito tempo, constituindo, desse modo, a pedra de toque a partir da qual edificou-se a política de repressão do novo regime.

Nesse sentido, o cronista coloca a seguinte questão para o seu leitor: poderia haver alguma ligação entre estes dois segmentos, tão distintos um do outro? Em sua opinião, nenhuma. Mas, entre os monarquistas e os próprios republicanos talvez, já que muitos deles teriam vindo da própria Monarquia, “sem grande esforço e nem profunda mudança”. Isso o leva a conclusão “a primeira vista paradoxal”, de que os sindicalistas “seriam mais republicanos do que os próprios republicanos oficiais e oficiosos”, por lutarem pelo respeito aos direitos que eles diziam ter concedido, porém os desrespeitavam flagrantemente. Para reforço da hipótese de que não havia qualquer ligação entre sindicalistas e monarquistas, ele argumentava não almejar:

[...] o regresso dum tempo de equívocos, quando para fundar a República, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classes, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em República há de fazer a obra sua (VASCO, 1913, p.19).

Conclusão

A seu ver, da República portuguesa nada se deveria esperar, não somente porque acreditava que ela seria incapaz de resolver a questão social, mas, porque o que haveria de mais positivo em um regime burguês hipoteticamente democrático, que é o respeito às liberdades básicas, a República portuguesa parecia ser incapaz de oferecer. Mas, se Neno não esperava que a República resolvesse a questão social, e nem que ela respeitasse as liberdades básicas, haveria ainda algo que se poderia esperar dela? A única coisa que ele acreditava poder esperar da República era a desilusão dos trabalhadores, fato que parece ter ressoado vivamente entre eles ao fim e ao cabo das greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912.

Os trabalhadores fartaram-se de confiar em panaceias legislativas e em promessas de patrões e políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de governo. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais. E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes naturalmente. Mas, também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a força da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam eles próprios consciência do seu valor e do seu poder (VASCO, 1913, p.152).

Conforme o diagnóstico do cronista, para além de erradicar toda e qualquer ilusão quanto à República, o conteúdo classista definitivamente assumido pelo novo governo, reforçou e fez avançar a ideia, cara ao sindicalismo revolucionário, de que os trabalhadores não poderiam contar senão com a sua própria ação, direta e autônoma. Em decorrência de tal constatação, é que Neno Vasco irá ingressar e se estabelecer de vez no movimento operário português, encontrando na estratégia sindical de ação direta um móbil para operacionalizar as mudanças sociais que ele e outros anarquistas pretendiam efetivar.

Referências

CATROGA, Fernando *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil. Uberlândia, Mimeo, 2000.

FREIRE, João. *Influences de la Charte d'Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal*. In: Miguel Chueca (org.), *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*, Paris, CNT-RP, 2009.

_____. *A Sementeira do arsenalista Hilário Marques*. *Análise Social*, Lisboa, nº67/68, 1981.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. VASCONCELOS (Nazianzeno de). Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda. S/D.

PEREIRA, Ana Paula de Brito. *As Greves rurais de 1911-1912 através da imprensa*. *Análise Social*, nº77/78/79, Lisboa, 1983.

PULIDO, Vasco. *A República e as classes trabalhadoras* (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, nº 34, 1972.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SARDICA, José Miguel. *O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo*. **Penélope** - Revista de História e Ciências Sociais, n.º 27, Oeiras, Celta Editora, Junho de 2003.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragments biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. Dissertação (Mestrado em História), UFU, Uberlândia, 2012.

VASCO, Neno *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.

LUMPENPROLETARIZAÇÃO JUVENIL E CONTESTAÇÃO SOCIAL NA GRANDE BUENOS AIRES

Lisandro Braga¹

O presente artigo pretende abordar a dinâmica da lumpemproletarização na Argentina, sua relação com o desencadeamento de diversas lutas, o surgimento de vários movimentos e práticas de resistências sociais (movimentos de trabalhadores desempregados, assembleias populares, autogestão nos bairros, realização de bloqueios de ruas, estradas e pontes etc.) e a ampla participação da juventude nessas ações. Para isso, analisaremos o engendramento de um novo padrão de acumulação, expresso em um novo regime de acumulação (acumulação flexível para Harvey, 2008 e acumulação integral para Viana, 2009), algumas de suas principais formas e determinações, assim como a intensa lumpemproletarização da juventude e o caráter contestador de suas lutas sociais na Grande Buenos Aires (GBA), entre os anos de 1995-2002.

Acumulação de capital e classe marginal na Argentina

A realidade concreta do capitalismo em fase de acumulação integral², expressada por alguns teóricos marxistas, aponta o processo de lumpemproletarização como uma de suas principais consequências social (VIANA, 2009; BRAGA, 2013a). Em fases como essa, tal processo é singular, pois seu caráter expansivo mantém por um tempo cada vez maior uma quantidade enorme de indivíduos oriundos de outras classes sociais em uma mesma classe social marginalizada na divisão social do trabalho. Trata-se do lumpemproletariado³. Em

¹ Professor de Teoria Política na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento - NEPALM.

² Cf. VIANA (2009).

³ “Em nossa análise, o lumpemproletariado é ressignificado na contemporaneidade a partir de uma teoria marxista das classes sociais. No entanto, não ficamos presos à análise que Karl Marx realiza sobre o lumpemproletariado, o que não significa que abandonamos as contribuições desse autor para pensar as classes sociais, mas tão somente que procuramos ir além dele sem necessariamente abandoná-lo. Em outras palavras, utilizamos as contribuições existentes ao longo de sua vasta obra para pensar o conceito de classes sociais. Dessa forma, afirmamos que o lumpemproletariado é composto pela totalidade do exército industrial de reserva (desempregados, subempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas etc.) uma vez que os indivíduos que compõem essa totalidade possuem características em comum e que possibilitam sua definição como classe, da mesma forma

países de capitalismo subordinado, como é o caso argentino, esse processo tem ocorrido de forma intensificada, contribuindo para uma acelerada expansão da miséria e de tudo que se relaciona a ela (subemprego, fome, desnutrição, altas taxas de mortalidade infantil, desesperança, frustração, criminalidade, vida precária e instável etc.), assim como das tensões e contestações sociais.

A crise capitalista da década de 1970 exigiu a construção de um novo regime de acumulação que tornasse possível os propósitos fundamentais do capitalismo internacional: a reprodução ampliada de capital. Para isso, foi necessário reestruturar a produção de capital, entenda-se de mais-valor, em escala global. Isto significa dizer que tanto o capitalismo imperialista, quanto o capitalismo subordinado necessitava passar por profundas mudanças nas suas esferas produtoras (reorganização das relações de trabalho), regularizadoras (Estado, instituições estatais e privadas, normas legais, sociabilidade, ideologias etc.) e nas suas relações internacionais (neoimperialismo)⁴. Sendo assim, compreender essa totalidade é pré-requisito para a compreensão das especificidades da acumulação integral argentina, no entanto, os propósitos desse texto exigem que tal discussão seja apresentada de forma sintética, valorizando genericamente os aspectos mais cruciais da realidade desse país.

Apesar do regime de acumulação integral na Argentina se consolidar na década de 1990, sua fase de transição inicia-se na década de 1970 com a instalação da ditadura militar (1976-1983). Não restam dúvidas que a ditadura, em nome da classe dominante internacional e de determinadas frações da classe dominante local e suas respectivas classes auxiliares, engendrou um novo regime de acumulação de capital no qual suas características fundamentais se apresentariam nitidamente após a década de 1990. Uma das metas centrais do regime militar era promover maior abertura econômica, combater a permanente intervenção estatal na economia e, fundamentalmente, eliminar os quadros mais combativos do

divisões apontadas pelo conceito de frações de classe. Assim como as demais classes sociais do capitalismo, é o seu modo de vida que possibilita sua unificação como classe. No entanto, ao contrário das demais classes sociais que são unificadas a partir da sua posição na divisão social do trabalho capitalista, o lumpemproletariado se unifica pela condição de marginalidade na divisão social do trabalho e tal condição o torna uma classe social” (VIANA, 2012; BRAGA, 2013).

⁴ Cf. HARVEY (2008, 2008a, 2011); VIANA (2003, 2009).

proletariado e do sindicalismo argentino. É válido ressaltar, no entanto, que o combate ofertado pelo sindicalismo argentino da década de 60 e 70 é limitado por sua intransponibilidade de classe (burocracia sindical) e por isso suas ações não apontavam para além das fronteiras do capitalismo. Pelo contrário, estavam intimamente ancoradas na ideologia peronista do pacto social:

[...] o sindicalismo peronista tinha um caráter bifrontal: 1) conflitivo em relação ao patronato por sua história imediata e por suas funções corporativas, e 2) acordista e conciliador por sua inserção em um movimento político que colocava o pacto social no centro de seu projeto governamental (SIDICARO, 2010, p. 105-106).

O período no qual o golpe militar passa a ser articulado equivale, no contexto internacional, ao período de crise do regime de acumulação intensivo-extensivo⁵ no final da década de 60 que obrigava as nações neoimperialistas a buscarem soluções para a crise de acumulação, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Na Argentina a ditadura militar apresentou-se como solução para as lutas entre frações da burguesia (nacional, internacional e agrária) contra os governos peronistas e a burocracia sindical aliada que constantemente dificultava as tentativas de ampliar ainda mais a extração de mais-valor das classes trabalhadoras, assim como dificultava sua transferência de um setor produtivo para outros (SIDICARO, 2010). Nesse sentido, a ditadura militar teve como beneficiários

os grandes grupos econômicos ou holdings de capital nacional, cujas áreas de influência se expandiram em diferentes âmbitos, combinando as vantagens que lhes davam sua aproximação com os centros de decisões oficiais e a disposição de informação que, na desorganização reinante, era um recurso importante para obter lucros especulativos.

A abertura da economia produziu a incorporação ao país dos capitais financeiros internacionais, cuja presença havia sido desestimulada nos três anos do segundo peronismo, o que, dada a situação mundial de excepcional liquidez, se mostraram dispostos não só a conceder empréstimos, senão a promover níveis desnecessários de endividamento externo [...] os grupos econômicos nacionais também conseguiram empréstimos externos, e quando entrou em crise o sistema lasso de endividamento internacional, no início da década de 80, idealizaram junto com o Estado um mecanismo para nacionalizar suas dívidas que, em não poucos casos, eram auto empréstimos. O poder econômico dos atores socioeconômicos predominantes se incrementou durante a ditadura, ao mesmo tempo em que à crise das capacidades estatais em ordem política, burocrática e técnica se somavam as consequências da dívida externa, cujos serviços absorviam uma parte considerável dos recursos fiscais. Com a dívida, multiplicada por sete durante a ditadura, se agregaram na

⁵ Cf. VIANA (2009).

qualidade de interlocutores permanentes das relações políticas domésticas os organismos financeiros internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (SIDICARO, 2010, p. 157-158).

Uma importante característica da acumulação integral, e que adquiriu um peso significativo na sociedade Argentina nas duas décadas posteriores à instalação da junta militar no poder diz respeito ao processo de concentração e centralização de capital nas mãos de grandes complexos oligopólicos. Juntamente a essa característica, outra resultou importante: o drástico processo de redução da produção industrial. Com o jogo da livre concorrência funcionando a pleno vapor e o estado neoliberal argentino agindo conforme deveria, isto é, subordinado aos interesses do grande capital nacional e internacional, empresas de grande poderio econômico passam a adquirir notáveis poderes de decisão política sobre os rumos da economia nacional. A expressiva marca desse poder é percebida na imensa transferência de empresas públicas, muitas vezes detentoras de mais de um terço das vendas que realiza a elite empresarial, para as mãos da iniciativa privada e na deflagração de associações entre diversos grupos econômicos locais e diversas modalidades de capitais estrangeiros que passaram a concentrar e centralizar a acumulação de capital no país⁶.

O novo regime de acumulação dominante na Argentina, nas primeiras décadas após o fim da ditadura militar, será notavelmente marcado por um amplo processo de privatização de empresas públicas; por uma expressiva concentração e centralização de capitais nas mãos de grandes complexos oligopólios com a predominância do capital estrangeiro; por um aumento expressivo da dívida privada externa argentina, que devido ao caráter subordinado do Estado nacional a torna dívida pública; por uma drástica redução da atividade industrial devido à falência de diversas empresas de pequeno e médio porte, devido ao deslocamento⁷ de parques industriais de determinadas regiões (Grande Buenos Aires, Córdoba, Rosário) para outras regiões (internas e externas); por uma violenta ofensiva do capital contra o

⁶ Para maiores informações sobre o processo de concentração e centralização de capital na Argentina Cf. BASUALDO (2002).

⁷ “De fato, o argumento implícito na produção acadêmica ligada à ‘nova divisão internacional do trabalho’ é que a industrialização em áreas de baixos salários e a desindustrialização nas áreas de alta remuneração são dois lados da mesma moeda” (SILVER, 2005, p. 41).

trabalho indicada em uma crescente queda salarial, por uma precarização e intensificação das relações de trabalho e, fundamentalmente, por uma intensa lumpemproletarização de diversas classes sociais, com destaque para o proletariado e seu grupo etário juvenil (BASUALDO, 2002; CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010; SVAMPA, 2010; SCHORR, 2013).

Dentre as várias consequências desse novo regime de acumulação, destacaremos com maior profundidade aquela que diretamente interessa aos propósitos desse texto: a lumpemproletarização, isto é, o processo no qual a dinâmica da acumulação capitalista torna dispensável parcela excessiva da força de trabalho, que passa a constituir uma “população sobranete” para as necessidades exploratórias do capital.

Em nossa análise contaremos com o auxílio importantíssimo das informações fornecidas e sistematizadas pelo *Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade Argentina - PIMSA*⁸ contidas, especificamente, no *Documento de Trabalho* número 77, intitulado *A superpopulação relativa na Argentina atual: um exercício de medição*⁹ (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010).

A totalidade do lumpemproletariado é composta por uma diversidade de frações de sua classe social. Dentre essas frações podemos citar aquelas que se encontram no desemprego aberto, os subempregados (catadores de recicláveis, trabalhadores informais por conta própria, passeadores de cães etc., sem-teto, contraprestadores de serviços públicos por recebimento de políticas sociais etc.). Entre o final da década de 1960 até o ano de 2002, a sociedade argentina apresentou uma oscilação constante nas taxas de desemprego. Para melhor

⁸ “Este programa é levado adiante, desde 1993, por um conjunto de investigadores formados em distintas disciplinas, articulados em equipes de investigação que pretendem integrar as distintas aproximações ao conhecimento da realidade social de historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas. Estas equipes de investigação foram se constituindo em distintos momentos ao longo dos últimos 24 anos, e com a realização desse programa tentamos dar continuidade e às vezes superar essa acumulação realizada no campo do pensamento científico, dando conta das profundas mudanças que tem produzido na Argentina atual como manifestação local do sistema capitalista mundial e atendendo as especificidades que se apresentam, como país dependente onde as relações capitalistas tem alcançado um alto grau de desenvolvimento. Para isso abarcamos o período ao redor dos 130 anos nos quais tem ocorrido a gênese, formação e desenvolvimento do capitalismo na Argentina” (PIMSA, 2013).

⁹ Aquilo que é caracterizado nas análises do PIMSA como sendo *superpopulação relativa* equivale, em nossa análise, à totalidade do lumpemproletariado.

visualizar essa tendência oscilatória, a análise realizada pelo PIMSA foi dividida em dois momentos: de 1966 até 1988 e de 1988 até 2002. Vejamos.

Entre abril de 1966 e maio de 1988 a taxa de desemprego aberto oscilou entre um mínimo de 3,8% e um máximo de 6,5%. As únicas exceções nesse primeiro momento se deram nos anos de 1964 (ano de início da sistematização da taxa de desemprego aberto no país) onde a taxa alcançou os 7,5% e, em abril de 1972, quando a mesma atinge os 7,4%. Entre os anos de 1977 a 1980 a taxa se manteve abaixo dos 3%. No geral a mesma oscilou entre 4 % e 6,5 % até 1973, mas a partir daí descende e oscila entre 4% ou 5%. A taxa mais baixa foi registrada no mês de outubro de 1978 (2,3%). No entanto, vale informar que

essas baixas taxas nos quatro últimos anos da década de 1970 (nos anos que vão desde a chamada “reforma financeira” até as primeiras manifestações da chamada “crises da dívida”, devem ser analisadas tendo presente a política de emprego que realizava o governo cívico militar: evitar a manifestação aberta do desemprego formava parte da “luta contra a subversão” já que “por detrás de cada desempregado havia um guerrilheiro em potencial”. Essa política se manifestou no aumento dos empregados estatais. Na saída do governo cívico militar a taxa de desemprego aberta voltou a oscilar em valores similares aos da década de 60: entre 4,4% em outubro de 1984 e 6,5% em maio de 1988. (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 111).

O segundo momento marca um maior grau de oscilação e aponta para o rompimento do seu teto histórico, quando em maio de 1989 a taxa de desemprego aberto atinge a marca de 8,1% em plena crise hiperinflacionária. Daí em diante a tendência dominante, porém com oscilações, tornou-se ascendente até chegar ao máximo de 21,5% em maio de 2002, quer dizer alcançava quase uma quarta parte da população economicamente ativa da Argentina.

É visível que após a crise generalizada de 2002 as taxas de desemprego baixaram, porém isso foi provocado muito mais por “maquiagens institucionais e estatais” do que por uma regressão concreta nas taxas de desemprego. Se levarmos em consideração que uma boa parte dessas taxas foi encobertas pela criação de diversos postos de trabalho altamente precarizados e/ou subemprego é possível afirmar que a realidade não seguiu tão distinta assim do que a existente no ano de 2002. A expansão do subemprego é nítida quando verificamos o crescimento gigantesco de pessoas que passaram a sobreviver da coleta de lixos e recicláveis:

Em 1989 um diretor de alto escalão de uma empresa dedicada aos serviços de limpeza estimava que na cidade de Buenos Aires mais de duas mil pessoas se dedicavam ao *cirujeo*¹⁰. Em 1990, em Rosário se estimava que 10.000 pessoas viviam da ocupação de “buscadores de resíduos”. Em 1999, a partir de um Censo de Coletores de Grãos dos municípios de José C. Paz y Malvinas Argentinas, se estimou em “mais de 1000 lares em ambos os municípios para cujos membros o *cirujeo* constitui a atividade laboral principal, e na maioria dos casos, a única fonte de renda” e para 2002, utilizando dados da Estatística Permanentes de Lares, se estimou em 10.800 os catadores de recicláveis e vendedores ambulantes da cidade de Buenos Aires e 62.000 os do conurbano bonaerense. Projetando a cifra da população desses municípios à cifra da população da região metropolitana se estima que 25.000 lares (100.000 pessoas) estariam vivendo do *cirujeo* e da venda ambulante. Em 2007, superada a crise econômica, se estimava que todos os dias transitavam pela cidade de Buenos Aires uns 12.000 catadores de recicláveis, a maioria proveniente do conurbano bonaerense (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 154).

Além disso, outra “maquiagem estatal” amplamente utilizada foi a de não considerar desempregado os indivíduos que eram assistidos por alguma política social e que prestavam algum tipo de trabalho como contraprestação a tal benefício. Dessa forma, as migalhas sociais oferecidas pelas políticas sociais contribuía para encobrir o verdadeiro índice de desemprego no país, visto que tais desempregados, pré-condição para obtenção dessas migalhas, já não mais engrossavam as estatísticas oficiais de desemprego. Na verdade, a própria existência de um grande contingente populacional necessitado de subsídios sociais para garantir minimamente sua sobrevivência revela a incapacidade do capitalismo em manter esse lumpemproletariado imenso em condições próprias da sociedade capitalista (trabalhando alienadamente e recebendo salário, por exemplo). Em outras palavras, essa classe social marginalizada da divisão social do trabalho vem constituindo uma população sobrando para o capital e que força o Estado, principal agente regularizador da acumulação capitalista, a buscar formas paliativas para tentar conter as tensões sociais promovidas por essa “classe em farrapos”. Seria impossível registrar e apresentar aqui todas as assistências sociais desenvolvidas pelo Estado argentino, algo sem precedentes históricos no capitalismo, ao longo

¹⁰ Acreditamos que a tradução mais aproximada para o termo em português seja a de catador de lixo e recicláveis.

desse intenso período de lumpemproletarização, no entanto algumas podem ilustrar esse quadro¹¹:

Desde 1991 e durante a década seguinte se implementaram ao redor de 20 programas de emprego transitório, dirigidos principalmente a contratação de desempregados, que recebiam uma “ajuda econômica não remunerativa” por parte do Estado, para obras de interesse comunitário. Nessa linha de ação, em 1992, o governo nacional lançou o Plano Federal de Solidariedade dirigido a mais de três milhões de pessoas de “setores carentes” dos bairros com maior densidade populacional e sem recursos econômicos de todo o país. Projetou a criação de polos produtivos (2.400.000 pessoas), pôs em marcha o cultivo de verduras e hortaliças em hortas comunitárias, criação de granjas modelo, o desenho de minifúndios para famílias ou indivíduos proprietários de terrenos de reduzidas dimensões nas províncias menos desenvolvidas (que em conjunto com as hortas deviam abarcar a 400.000 personas) e o estabelecimento de micro empreendimentos produtivos para apoio da instalação de pequenas empresas de bens e serviços (entre 5 y 15.000 pessoas); em desenvolvimento integral para a GBA e a Grande Rosário se abarcaria entre 60 e 80.000 pessoas. Contudo, o grande incremento do desemprego, que teve um pico em 1995, obrigou a buscar também outras alternativas: o governo nacional anunciou um conjunto de programas de emprego que em 18 meses alcançariam a 870.000 desempregados. Também anunciou que uns 25.000 desempregados trabalhariam em dependências do exército onde realizariam tarefas de manutenção e outros 10.000 seriam ocupados tarefas de florestamento, dentro do “Programa de Empregos Mínimos”, com uma retribuição de até 200 pesos (CARRERA, CAVALLERI & MURRUNI, 2010, p. 137-138).

Juventude e contestação social

Antes mesmo de partimos para uma análise sobre a lumpemproletarização juvenil na GBA, discorreremos brevemente sobre o processo de deslocamento territorial das classes trabalhadoras lumpemproletarizadas como resultado da pauperização generalizada, causada pela acumulação integral, na GBA¹². A intensa marginalização na divisão social do trabalho de milhares de pessoas, aliada ao imenso sucateamento dos meios de transporte coletivo (no qual as ferrovias¹³

¹¹ Para maiores informações sobre o uso político de políticas sociais na Argentina desse contexto Cf. DINATALE (2004).

¹² “Durante o último governo militar se dispôs a erradicação das favelas da Cidade de Buenos Aires. A população deslocada se radicou no conurbano bonaerense. Assim mesmo, também durante dito governo se introduziram mudanças na política urbana que impediram a ocupação de parcelas que não contavam com infraestrutura e equipamento. O efeito de ambas políticas foi um deslocamento dos bairros pobres urbanos para a periferia e a densificação dos bairros pobres, e um incipiente processo de ocupação de terras” (SUÁREZ & ARCE, 2010, p. 28).

¹³ Para melhor visualizar o processo de sucateamento das ferrovias argentinas Cf. SOLANAS (2008).

ganham destaque) que ligavam as diversas regiões do conurbano bonaerense¹⁴ à capital federal serão responsáveis por um verdadeiro processo de periferização social visto que

ao final dos anos noventa, se consolidou no conurbano um novo padrão urbano que reflete uma forte polarização social. De um lado, as camadas médias e altas de maiores recursos habitam os novos subúrbios, se deslocam em carros particulares e ascendem a novos espaços de centralidade comercial e de ócio. Por outro lado, os grupos de menores recursos se assentam em habitações precárias, em urbanizações com profundas carências na dotação de infraestruturas e serviços, que tem nas linhas férreas como eixo de deslocamentos e tem seus círculos de satisfação de necessidades próximos a seus bairros (SUÁREZ & ARCE, 2010, p. 32).

Algumas cifras nos permite afirmar que ao longo das últimas quatro décadas o conurbano bonaerense se converteu em uma região essencialmente lumpemproletária, visto que em 1974 5,8% da população se encontravam abaixo da linha de pobreza; em 1980 se eleva para os 12,8%; em 1982 atinge 37,4%; em 1985 cai para 24%; em 1987 volta a crescer e atinge os 33,1%. Acredita-se que entre os anos de 1980 a 1988, a pobreza cresceu em torno de 50% no conurbano bonaerense, atingindo em 1988 aproximadamente 3.218.000 pessoas¹⁵. De acordo com os Estudos Permanentes de Lares, no ano de 1988 22,5% dos lares se encontravam abaixo da linha da pobreza e no ano de 2002 (ápice da crise generalizada) esse número atinge a cifra de 42,3%. Entre esses mesmos anos a porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza sobe de 29,8% para 54,3%¹⁶.

O processo de periferização social a que foi submetido milhares de pessoas no conurbano bonaerense a partir da ditadura militar impulsionou uma grande quantidade de ocupação ilegal de terras nas regiões mais distantes da região metropolitana de Buenos Aires. A ocupação massiva de terras foi realizada com o apoio de diversas organizações sociais (ong's e comunidades eclesiais) e facilitou a emergência de um tipo de organização comunitária fundada no pertencimento territorial, no qual o bairro adquire importância fundamental. Desse

¹⁴ “O conurbano bonaerense está composto por 24 municípios que envolvem a cidade de Buenos Aires. Concentra aproximadamente 9 milhões de pessoas, o que representa pouco menos de um quarto da população total do país. Junto com a cidade de Buenos Aires forma parte da região da Grande Buenos Aires – GBA” (SUÁREZ & ARCE, 2010, p. 28).

¹⁵ Jornal Clarín de 16/02/1997.

¹⁶ INDEC, Estatística Permanente de Lares.

modo, emerge nos bairros pobres dessas regiões uma grande quantidade de organizações populares que se mobilizarão para pressionar o poder público a promover as condições materiais necessárias para o acesso aos diversos serviços públicos essenciais a qualquer comunidade urbana (água encanada, energia elétrica, rede de esgotos, asfalto, escolas, creches, postos de saúde etc.). Em resposta a essas condições materiais de existência irá emergir as primeiras organizações lumpemproletárias do conurbano, denominadas de Movimento de Trabalhadores Desempregados ou Movimento Piquetero, com o objetivo de exigir tais serviços sociais e trabalho digno.

Com a tremenda redução da produção industrial no conurbano, os espaços tradicionais de militância política se viram esvaziados. Os sindicatos sofreram um grande impacto, visto que seu elenco de manutenção fora praticamente dizimado, isto é, o trabalhador industrial que era a razão de ser e sustentáculo da burocracia sindical. Outra alteração política ocorrida nessas regiões diz respeito à relação que o peronismo passou a manter com o lumpemproletariado bonaerense. Tal relação foi marcada pelo clientelismo em torno da distribuição de políticas sociais. Na verdade, tais políticas clientelistas visava amenizar os descontentamentos sociais e os riscos de uma maior contestação social. Além disso, como tem ocorridos em diversos momentos históricos, a terrível miséria lumpemproletária foi aproveitada para os interesses políticos do peronismo. No entanto, com o intenso processo de lumpemproletarização a postura política do lumpemproletariado tendeu a se radicalizar e apontar para além das estruturas burocráticas dos partidos políticos e dos sindicatos. O que não significa dizer que tais estruturas não continuaram a existir e se aproveitar das lutas piqueteras, mas tão somente que as mesmas já não eram as únicas,¹⁷ pois uma quantidade expressiva de movimento de desempregados passou a se auto organizar comunitariamente e independente das estruturas burocráticas e hierárquicas de partidos e sindicatos (SVAMPA, 2010).

O movimento piquetero possui uma dupla origem: inicialmente ele emerge nas regiões petrolíferas de Cutral-Co e Plaza Huincul (1996-97), em Neuquén,

¹⁷ Sobre as práticas clientelistas do Partido Justicialista (peronista) e o oportunismo do sindicalismo nesse contexto Cf. FERREIRO (2007) e SVAMPA (2010).

Mosconi e Tartagal e em Salta (a partir de 1997) que sofreram terrivelmente com o crescimento vertiginoso do desemprego a partir do processo de privatização da empresa petrolífera estatal YPF - *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*. Posteriormente, os métodos e ações organizativas do movimento piquetero que emerge nessas regiões se difundem por várias regiões do país, chegando até a capital federal e sua região metropolitana (GBA). Focaremos nossa análise apenas nessa última origem, isto é, nas ações dos movimentos piqueteros da GBA.

Marginalizado na divisão social do trabalho, o lumpemproletariado bonaerense necessitou encontrar formas de protesto que lhe retirasse do esquecimento social e pressionasse o poder público a realizar medidas que os retirassem daquela condição¹⁸, portanto se viram obrigados a prejudicar a circulação de mercadorias e pessoas obstaculizando as principais ruas e estradas que ligavam a Capital Federal a outras regiões do país. Deste modo, a ação direta no bloqueio de ruas e estradas consistia no principal método de agir do movimento piqueteiro. O ato de bloquear ruas e estradas de forma eficiente exigia outras formas organizativas no movimento piqueteiro, tais como deliberar sobre os bloqueios, formar comissões específicas para cada ação, tal como comissões responsáveis por garantir a segurança nos piquetes e promover o enfrentamento contra as forças repressivas, etc. Todas essas deliberações ocorriam em assembleias nos bairros onde todos participavam e decidam de forma horizontal e auto organizados.

A juventude bonaerense constitui o grupo etário que, majoritariamente, já inicia seu processo de ressocialização¹⁹ marginalizada na divisão social do trabalho²⁰

¹⁸ Aqui o lumpemproletariado argentino revela seu interesse imediato, isto é, sair da condição de classe marginal, no entanto, esse não é o único interesse do lumpemproletariado, pois algumas organizações lumpemproletárias radicalizaram suas ações e apontaram para a necessidade de superar as relações de sociabilidade tipicamente capitalistas, revelando assim, sua potencialidade contestadora e a possibilidade de contribuição para uma luta de caráter anticapitalista. Sistematizaremos essa tese em trabalhos posteriores.

¹⁹ Cf VIANA (2009a).

²⁰ “Uns poucos dados permitem aproximarmos ao volume dessa população: segundo um informe oficial, na Argentina em 2000 os 13,2% (1.250.841) das 9.476.069 pessoas entre 15 a 29 anos não estudavam nem trabalhavam e do total desses jovens, 54,9% (5.202.000) não assistia a nenhuma instância do sistema educativo. Quatro anos depois, superada a crise, os 17,4% (204.195) dos jovens que habitavam a província de Buenos Aires e tinham entre 14 e 18 anos não frequentavam a escola (34% se se estende aos que tinham 21 anos); 2,3% (12.382) eram analfabetos; é possível que uma parte deles não frequentasse a escola, mas trabalhava. Essa situação é mais grave entre os pobres: em

e com uma forte tendência a consolidar-se nessa condição, quer dizer, o processo no qual ela se prepara para realizar uma integração completa na sociedade já ocorre em condições de inteiro despojo da propriedade sobre suas condições materiais de existência. Conseqüentemente, se vê impossibilitada de reproduzir sua vida com seus próprios meios de produção, não conseguindo obter regularmente seus meios de vida sob a forma salário. Portanto, a intensa lumpemproletarização faz com que esse processo de ressocialização ocorra em condições de grande incerteza, instabilidade, medo, frustração e revolta. Tais condições foram amplamente canalizadas para a luta no movimento piqueteiro.

A condição de classe marginalizada da divisão social do trabalho tende a gerar nos indivíduos que a ela pertence um sentimento negativo acerca das suas potencialidades, assim como uma autculpabilização por sua condição de desempregado e uma autoestima baixíssima. Nesse sentido, o trabalho na realização dos bloqueios de ruas (piquetes), na sua manutenção por vários dias, na garantia da segurança dos que se mantêm ali, bem como o trabalho em empreendimentos autogestionados e participação ativa nas assembleias nos bairros contribuem para a construção de um sujeito coletivo e solidário. Segundo Vitullo,

na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos,

1999, por exemplo, os 20% (400.000) dos jovens de lares pobres radicados na Capital federal e na Grande Buenos Aires não estudava nem trabalhava; entre os de 20 e 24 anos a porcentagem ascendia a 24,8%, que não estudava nem trabalhava; nesses lares o desemprego juvenil chegava a 50%. Em 2010 existem 1,5 milhões de jovens menores de 30 anos que não estuda nem trabalha” (CARRERA, CAVALLERI & MURRUNI, 2010, p. 119).

principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos (2008, p. 132).

A citação acima e, de igual maneira, diversos documentários produzidos por determinados movimentos piqueteiros demonstram claramente a forte presença de jovens nos protestos sociais. O documentário produzido pelo Grupo Alavio e denominado *Crónicas de libertad - organizando la resistência* (2002) apresenta um dos maiores e mais violentos enfrentamentos entre as forças repressivas e diversos movimentos piqueteiros durante a tentativa de bloqueio da Ponte Pueyrredon, no dia 26 de junho de 2002. Ao assistir tal documentário é possível visualizar em suas imagens a participação maciça da juventude em confronto com a polícia, assim como seus depoimentos sobre as razões do episódio:

Piqueteiro capucha azul (entre 18 a 21 anos) – “Estou a sete meses no movimento, não terminei meus estudos e não tenho nada. Somos um grupo de pessoas que estamos desempregados, que necessita de trabalho e ter o que dar para seus filhos; que quer ter trabalho e o governo não nos dá, que estamos discriminados [...] estou nesse movimento porque não tenho trabalho, nem estudo, nem nada [...] no dia do ocorrido na Ponte Pueyrredon fomos exigir mais subsídios de alimentos para cada um de nós, para cada companheiro, pois um subsídio de 150 pesos não é nada [...] o governo não ia permitir que bloqueássemos a ponte, já se sabia na entrada que haveria repressão, mas agente não se importou, pois temos fome e seguimos cada vez mais. Quando descemos vimos que existiam helicópteros ali, que estavam com câmeras nos filmando. Sabiam para onde íamos e para onde não íamos [...] me encontrava assustado porque pensava na minha família, que algo poderia me acontecer, mas não me importava pois vejo a fome que minha família passa em casa, não temos trabalho (pausa para um suspiro emocionado) e portanto resolvi ficar ali, se eu perder, perdi”.

Piqueteira hermosa (entre 24 a 27 anos) – “Se me encontro nesse movimento é porque as portas de vários lugares estão fechadas para mim por não ter estudo, por não ter muitas vezes o que vestir corretamente. Não me sinto envergonhada por estar nesse movimento, me sinto orgulhosa porque aprendi a valorizar muitas coisas que antes não valorizava [...] temos que pensar nisso, o que ocorreu no dia 26 é como voltar a vivê-lo, me passa a cada momento da minha vida quando recordo tudo que aconteceu. Quando me sinto em casa com toda minha família ou quando vou dormir e sonho com isso é como se não tivesse ocorrido a muito tempo, é como ocorresse ontem, hoje ou ocorrerá amanhã. No dia 26 de junho quando saí da minha casa, saí chateada e não sabia porque [...] era como se eu pressentisse que algo feio ia ocorrer, quando fomos caminhando em direção à ponte encontramos muitos policiais, retrocedi e comecei a chorar e queria voltar para casa e ficar com minha mãe [...] Jamais em minha vida tive tanto medo como nesse dia, não tinha força para correr e a fumaça me asfixiava e tive muito medo pelo que levo aqui dentro (aponta para a barriga mencionando que se estava grávida) e pensava (chorando nesse momento) no que poderia acontecer”.

Piqueteiro capucha negra (Entre 28 e 33 anos) – “O MTD – Movimento de trabalhadores desempregados, para nós é um movimento que se foi

formando com a gente, pela necessidade que temos, digamos pelas pessoas que não tem uma renda e mediante as lutas tratamos de conseguir o pouco que estamos conseguindo. Eu estou no movimento há dois anos, dois anos e pouco [...] sabíamos que iria atuar no bloqueio da ponte a coordenadoria dos movimentos piqueteiros, o bloco piqueteiro, a CTA. um monte de grupos piqueteiros, digamos, mas havia alguma noção que supostamente ocorreria uma repressão [...] nesse movimento nós temos reuniões, analisamos as condições de onde vamos bloquear, com quem podemos nos encontrar, vemos uma forma de saída, pois em algum lugar podemos topar a repressão, um desalojo [...] havia muitos operativos policiais que paravam os coletivos (no qual muitos piqueteiros se transportavam até a região do bloqueio), camionetes suspeitas, até que chegamos à estação avellaneda, ali se foi formando alguns grupos, grupos de todas as organizações [...] na descida de Pavón (rua), a polícia, a infantaria, e um pouco mais adiante da ponte velha no fim da Mitre (rua) estava a prefectura (espécie de polícia militar naval) [...] do lado de Mitre vinha outra coluna de piqueteiros e entre as duas colunas ficou a coluna da polícia, mas que aconteceu? Em algum momento a coluna da polícia saiu da rua e foi para a calçada e quando as duas colunas piqueteiras iriam se encontrar a polícia entrou novamente no meio da rua e quando aproximamos eles começaram a se defender com os escudos e nos provocaram dando cacetadas, daí tentamos evitar que a polícia caminhasse em direção a Pavón e a gente começou a sair para o lado de Pavón, à medida que nos encontramos entre Pavón e Mitre ali estava disposto o grupo da prefectura daí juntaram as duas colunas policiais e começaram a avançar em nossa direção”.

Piqueteiro capucha rubro-negra (aproximadamente 30 anos)– “É fodido analisar o que aconteceu no dia 26, não? Sobretudo porque foi minha primeira repressão desde que tomei consciência e comecei a lutar pelo que creio é digno por trabalho e mudança social. Começamos do zero porque não temos nada, somos marginais [...] Somos piqueteiros, na verdade somos responsáveis pela segurança dos piquetes, porque piqueteiros somos todos nós (aponta para os companheiros em volta). Dentro de um piquete a totalidade dos companheiros tem funções e a nossa é blindar e dar segurança da melhor forma e para pertencer a essa área simplesmente o companheiro tem que ter vontade e um pouquinho de consciência do que estamos fazendo, pelo que estamos lutando e a função que temos como seguranças [...] temos tido piquetes onde diretamente vem patrulheiros e atropelam o que vem pela frente e por isso fazemos barricadas e colocamos tudo que podemos colocar para bloquear e evitar que isso aconteça [...] e reforçamos o capuz depois que acontece as coisas porque vimos que o capuz é símbolo da rebeldia que representamos no sentido de que este governo filho da puta para nos deixar sem trabalho não nos olha na cara e quando não tenho pra dar o que comer para meus filhos tão pouco chega um funcionário público e me olha na cara e diz toma aqui o que comer, o governo não nos dá nada apenas nos tira sempre, então, sim somos rebeldes e tampamos nossa cara”.

Para concluir, o pouco que foi apresentado sobre o processo de lumpemproletarização juvenil e contestação social na GBA é suficiente para reforçarmos duas teses centrais acerca do lumpemproletariado e seu grupo etário juvenil, ou seja, ao contrário do que afirma determinadas ideologias

contemporâneas (principalmente o leninismo), tal classe social possui na atualidade uma tendência a ampliar seu poder de contestação social e formar um bloco revolucionário que pode e deve contribuir para uma revolução social que garanta o processo de construção de uma sociedade verdadeiramente humana fundada na autogestão social e nesse processo a juventude possui um papel fundamental visto que sua disposição e interesse em transformar a realidade alimenta a contestação social.

Referências bibliográficas:

Grupo, Alavio. *Crônicas de libertad - organizando la resistència*. Buenos Aires, 2002. 1 dvd de vídeo (47 min.).

BASUALDO, Eduardo. *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del noventa*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2002.

BRAGA, Lisandro. *Gatillo fácil – uma política de contrarrebolião preventiva na Argentina (1996-2011)*. Revista Crítica do Direito, número 2, volume 44, 01 de janeiro a 04 de fevereiro de 2013.

_____. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro e João editores, 2013a.

CARRERA, Nicolás, CAVALLERI, Stella & MURRINI, Marina. *La superpoblación relativa en Argentina actual: um ejercicio de medición*. Buenos Aires, Publicación de Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 13, 2010.

DINATALE, Martín. *El festival de la pobreza – el uso político de planes sociales en la Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

FERREIRO, Roi. *La lucha de clases en Argentina – entre la revolución proletaria y la recuperación burguesa*. Florianópolis: Editora barba ruiva, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

Programa de Investigación sobre o Movimento da Sociedade Argentina. Em: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/> Acessado em: 25/03/2013.

SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos – Estado e poder econômico*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2010.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho – movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOLANAS, Pino. *La próxima estación – reconstruir el tren para todos*. Buenos Aires, 2008. 1 dvd de vídeo (115 min.).

SUÁREZ, Ana Lourdes & ARCE, Carolina. *Condiciones de vida en el conurbano bonaerense*. Em: ROFMAN, Adriana. *Sociedad y territorio en el conurbano bonaerense*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

_____. *Juventude e identidade*. *Revista Estudos*. Goiânia, volume 36, n. ½, jan./fev. de 2009a.

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

VITULLO, Gabriel. *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Editora sulina, 2008.

Ao Povo¹

Adelino de Pinho²

Nota introdutória:

Adelino de Pinho, anarquista, natural de Portugal, foi um dos comprometidos militantes da primeira República em divulgar as concepções revolucionárias aos trabalhadores de seu tempo. Seu constante esforço em retirar os trabalhadores da apatia e incitá-los à ação, o qual eles responderam de modo positivo e efetivo, talvez nos ajude a entender a motivação de os editores de *A Plebe* resistiram em mais de 40 anos de publicações (inconstantes, porém, com muito vigor). Em 1919, no dia do



Capa de *A Plebe*, ano II, nº 11, 1º de maio de 1919.

trabalhador, Pinho de Riga, assim conhecido, publica o texto *Ao Povo*, escrito este,

¹ Texto retirado do Jornal *A Plebe* (São Paulo), ano II, nº 11, 1º de maio de 1919, p. 2.

² Adelino Tavares de Pinho nasceu no norte de Portugal. Foi guarda-livros e, posteriormente, professor. A militância anarquista teve início na cidade de São Paulo. Participou ativamente da implantação do Ensino Racionalista, idealizado por Francisco Ferrer, no Brasil. Ao lado de João Penteadado e outros anarquistas, concretizou a fundação da Escola Moderna nº 1 como fruto da Campanha pró-Escola Moderna. Em 1912, inaugurou a Escola Moderna nº 2 e, durante os poucos anos de existência da iniciativa, dedicou-se exclusivamente a docência e a direção do estabelecimento libertário. Em 1919, com o fechamento da escola imposto pelo governo, foi para o interior mineiro e continuou sua dedicação ao magistério de base anarquista na então pequena Poços de Caldas. Continuou a participar do movimento anarquista, escrevendo para periódicos libertários com o pseudônimo de Pinho de Riga e de Demócrito. Em 1953 participou do congresso anarquista realizado na Urca, depois viveu na Nossa Chácara, local nas proximidades da cidade de São Paulo que foi utilizada para abrigar, congregar e reunir anarquista em vários momentos do século XX. Pela escassez de documentos, não foi possível determinar as datas de nascimento e morte – Trecho de José Damiro de Moraes.

carregado de sentimentos e motivações que leve o movimento operário a agir de modo totalmente autônomo. Sem mais delongas, à leitura!

João Gabriel da Fonseca Mateus

* * *

Meu irmão de padecimentos, de miséria e de sofrimentos, escuta o que te quero dizer.

Tens sido através dos séculos e da história o eterno ludibriado, sempre vilipendiado, desprezado e esquecido. Tudo que há de belo, de artístico e de grandioso, desde as pirâmides do Egito até as mais altas torres do universo, desde a abertura das mais rudimentares estradas de rodagem até as mais aperfeiçoadas estradas de ferro, desde a construção dos mais simples aquedutos e viadutos até as mais soberbas pontes metálicas do mundo, das simples canoas que consistiam num tronco de árvore escavado ou as singelas jangadas, paus amarrados entre si, até os mais rápidos, confortáveis e luxuosos transatlânticos, desde a choca do índio até aos mais belos palácios que os ricos e magnatas habitam, tudo, povo irmão, foi construído cimentado e elevado por ti.

Quem fia a lã, quem tece a seda, quem costura os lindos vestidos e os elegantes ternos que os burgueses vestem e as polidas botinas que os mesmos calçam? Tu, só tu, sempre tu.

E sendo tu produtor de toda a riqueza, de todo o conforto, de todo o luxo que os outros ostentam, nada possuis, nada gozas e nada usufruis? E por que esta disparidade de situação? Serás tu, feito de outra massa diferente da dos aristocratas? Não aspirarás também a gozar e a desfrutar um pouco daquelas facilidades que tornam a vida desejada, amada, divertida? Não sentirás desejos de lindos passeios, de boa música, de casa higiênica, de boa roupa e de filhos gárrulos como as andorinhas e rosados como lindas e viçosas flores? Não quererias que freqüentassem as boas escolas?

Sim, bom povo, tudo isso tu desejaras, mas os potentados e os sacerdotes de todos os tempos conservando-te na ignorância mais crassa e nas trevas mais densas, conseguiram incutir-te no espírito que sempre houve pobres e ricos, devendo aqueles trabalhar, suar e fatigarem-se para gaudío, proveito e benefício destes, os pançudos de todos os tempos, parasitas sociais, homens de presa, que quanto mais chupam e sugam o sangue dos trabalhadores e produtores, menos se saciam, menos se fartam, menos se abarrotam.

Mas sossega, meu irmão de sofrimento, povo do meu coração. Todo esse edifício social que te tem oprimido e servilizado está-se esfarelado a espera do teu esforço heróico e decidido para ser derrubado para nunca mais se levantar. E sobre os escombros desta sociedade corrupta e ladra levantar-se-á uma outra humanidade regenerada e livre a qual não será constituída de explorados e exploradores, de senhores e escravos, mas sim de irmãos, todos com iguais direitos e iguais obrigações, todos trabalhando e todos gozando dos produtos da comunidade livre, sem outros limites que não sejam o interesse, o bem estar e a harmonia geral de todos os produtores.

Saudemos a próxima aurora de tão radiante dia!

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAVT

1º DE MAIO

DIA DE LUTO, DE LUTA E DE AVALIAÇÃO

O massacre dos trabalhadores sem-terra no sul do Pará foi mais um episódio da luta pela terra no Brasil. A chacina não foi apenas um fatídico abuso da polícia militar mas sim uma política de repressão há muito utilizada pelo governo brasileiro. Os culpados deste ato bárbaro devem todos serem punidos, a começar por FHC.

A crise social que assola o Brasil também não é um fato accidental. Ela é fruto dos projetos arquitetados pelos representantes do capital monopolista, o Fundo Monetário Internacional e outros banqueiros e implantados no Brasil pelo laçao FHC. Prova disso é que nossa história recente repete a dos demais países do “terceiro mundo” - principalmente argentina e México.

Conquistas básicas dos trabalhadores brasileiros adquiridas com lutas e vidas militantes desde o início do século estão sendo literalmente jogadas no lixo. As reformas da Previdência e da Administração significam privatização, pilhagem do patrimônio público, demissões em massa, perdas de direitos mais básicos.

A “esquerda” brasileira, frente a tais absurdos tem se mostrado capituladora e reformista. As prefeituras e Distrito Federal por ela administradas têm seguido à risca a cartilha do neoliberalismo, em troca de repasses de verbas cada vez mais miseráveis. São incapazes de representar os reais interesses da classe trabalhadora. Pelo contrário, demissões, arrocho salarial, populismo e um silêncio estarrecedor frente a toda pilhagem que o Brasil vem sofrendo pelos banqueiros nacionais e internacionais.

A CGT e Força Sindical continuam fazendo o que sempre fizeram: peleguismo e traição. A CUT demonstrou seu descompromisso com a classe trabalhadora quando o seu então presidente Jair Meneguelli participou do pacto social com o governo e empresários. Seguindo seus passos, Vicentinho envergonhou todos os trabalhadores quando participou da reforma da previdência que só ótima para as empresas privadas... e péssima para os trabalhadores e aposentados. A CUT ainda

tem cumprido com um papel de freio das lutas dos trabalhadores, principalmente onde o governo local é da “esquerda” - fazendo inveja a muitos pelêgos tradicionais.

É preciso que o movimento sindical retome seu caráter independente e que rume para o socialismo. A CUT deve ser dos trabalhadores e não dos burocratas. O mesmo se dá com a CMP, com o MST e com a UNE e UBES. Para que estas organizações sirvam à luta dos trabalhadores é preciso mudanças radicais. E estas mudanças não passam apenas, como querem alguns, pela questão da *direção*. O problema é de direção mas também é de *estrutura*. Toda organização vertical tende ou a ditadura ou a burocratização. Por isso, não adianta só tentar tirar o Vicentinho, o Lindberg ou seja lá quem for e trocá-lo por outro, ainda que este novo seja bem intencionado. A questão é transformar as organizações, democratizá-las. Aí quem vai estar tomando o poder não será este ou aquele partido e sim as massas.

Nós, Socialistas Libertários, lutamos pelo fim da sociedade de classes. Autogestão, Internacionalismo, Ação Direta, Autonomia das Lutas Operárias e Revolução Social são os nossos princípios.

No capitalismo não há solução para a classe trabalhadora. Para nós só há uma saída: ou construirmos a revolução social para acabar com o estado e com o capitalismo, com a existência de patrões e trabalhadores assalariados, ou morreremos nesta lama capitalista, sob os aplausos da burocracia social-democrata.

⇒ TODO O APOIO À LUTA DOS SEM-TERRA

⇒ PELA FORMAÇÃO DE UM BLOCO REVOLUCIONÁRIO NAS ORGANIZAÇÕES POPULARES, ESTUDANTIS E SINDICAIS

⇒ NÃO AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE FHC

Assinam:

- **MSL - MOVIMENTO SOCIALISTA LIBERTÁRIO**
- **OSL - ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA/DISTRITO FEDERAL**

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)